

1

DIREITO CIVIL

Parte Geral

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

20^a
edição **revista e
atualizada**

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 13.01.2020
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: parte geral / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02377-0

1. Direito civil – Brasil. I. Título. II. Série.

19-61862

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

Parte I

Introdução ao Direito Civil

1	Introdução ao Direito Civil	3
1.1	Tipicidade.....	6
2	Fontes do Direito	9
2.1	Lei.....	10
2.1.1	Classificação das Leis.....	12
2.2	Costume	15
2.3	Doutrina.....	18
2.4	Jurisprudência	19
2.5	Analogia	22
2.6	Princípios Gerais de Direito	23
2.7	Equidade.....	24
3	Direito Romano	27
3.1	Direito Romano – Compreensão e Importância	27
3.2	Fases do Direito Romano – Sua Divisão	29
3.2.1	Período Régio.....	29
3.2.2	Período da República.....	31
3.2.3	Período do Principado.....	40
3.2.4	Período da Monarquia Absoluta	41
3.3	Sistema do <i>Ius Civile</i>	42
3.4	Sistema do <i>Ius Gentium</i>	44
3.5	Codificação de Justiniano – Outras Codificações	45
3.5.1	Código	48
3.5.2	<i>Digesto</i>	49
3.5.3	<i>Institutas</i>	51
3.5.4	<i>Novelas</i>	51

3.5.5	Características e Importância Geral da Compilação de Justiniano.....	52
3.5.6	Destino da Codificação de Justiniano	53
3.6	Direito Romano e Moderno Direito Civil Brasileiro.....	53
4	Direito Civil	55
4.1	Direito Privado em Face do Direito Público	55
4.2	Direito Civil como um Ramo do Direito Privado	58
4.3	Importância do Direito Civil.....	60
4.4	Objeto do Direito Civil.....	61
4.5	Fontes do Direito Civil	62
5	Sistemas Jurídicos	63
5.1	O que se Entende por Sistema Jurídico.....	63
5.2	Por que Estudar os Fundamentos dos Vários Sistemas Jurídicos....	65
5.3	Sistemas Jurídicos no Mundo Contemporâneo	66
5.3.1	Introdução ao Sistema Romano-Germânico	66
5.3.2	<i>Common Law</i>	67
5.3.3	Relações entre o Sistema Romano-Germânico e o <i>Common Law</i>	71
5.3.4	Direitos Socialistas	72
5.3.5	Sistemas Filosóficos e Religiosos – Direito Chinês e Direito Japonês.....	74
5.4	Sistema Romano-Germânico: Características.....	76
5.4.1	Universidades.....	77
5.4.2	Dos Costumes à Codificação	79
5.4.3	Novas Tendências.....	80
6	Codificação	83
6.1	Introdução.....	83
6.1.1	Efeitos Positivos e Negativos da Codificação	85
6.1.2	Novos Rumos da Codificação.....	86
6.2	Código de Napoleão	87
6.3	Código Alemão (BGB).....	88
6.4	Outras Codificações do Século XX	90
6.5	Técnicas da Codificação.....	91
7	Direito Civil Brasileiro	93
7.1	Direito Civil antes do Código.....	93
7.2	As Várias Tentativas de Codificação.....	94

7.3	Código Civil Brasileiro de 1916	96
7.4	Tentativas de Reforma Legislativa.....	97
8	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	99
8.1	A Lei de Introdução.....	99
8.2	A Lei e sua Obrigatoriedade	100
8.3	<i>Vacatio Legis</i> . Vigência	102
8.4	Modificação ou Revogação da Lei	103
8.5	Ninguém se Escusa de Cumprir a Lei, Alegando que não a Conhece (Art. 3º da Lei de Introdução)	105
8.6	Aplicação da Lei. Analogia, Costumes, Princípios Gerais de Direito....	107
8.7	Os Fins Sociais da Lei e as Exigências do Bem Comum.....	110
8.8	Ato Jurídico Perfeito, Direito Adquirido e Coisa Julgada.....	113

Parte II

Teoria Geral Do Direito Civil

9	Sujeitos de Direito (I) – Direito Romano	121
9.1	Pessoa Natural	121
9.2	Ser Humano Sujeito de Direito – <i>Status Libertatis</i>	123
9.2.1	Escravidão	124
9.2.2	Condição de Liberto – Patronato	126
9.3	<i>Status Civitatis</i>	127
9.4	<i>Status Familiae</i>	127
10	Sujeitos de Direito (II)	129
10.1	Pessoa Natural	129
10.2	Começo da Personalidade Natural	131
10.2.1	Condição do Nascituro.....	134
10.3	Incapacidades. Absoluta e Relativa. Exclusão do Ausente do Rol de Incapacidades	138
10.3.1	Menores de 16 Anos.....	141
10.3.2	A Deficiência Mental. O Estatuto da Pessoa com Defi- ciência	142
10.3.3	Incapacidade Transitória	144
10.4	Incapacidade Relativa. Maiores de 16 e Menores de 18 Anos.....	144
10.4.1	Pródigos.....	145

10.4.2	Ébrios, Toxicômanos, Deficientes Mentais e os Excepcionais sem Desenvolvimento Mental Completo.....	146
10.4.3	Surdos-mudos. Deficientes Visuais. Perspectivas no Atual Código	147
10.5	Proteção aos Incapazes (<i>Leitura Adicional</i>).....	148
10.6	Silvícolas (<i>Leitura Adicional</i>).....	149
10.7	Emancipação.....	150
10.8	Ausência no Atual Código	155
10.9	Fim da Personalidade Natural. A Morte Presumida no Código Civil de 2002	156
10.9.1	Comoriência	163
10.9.2	Momento da Morte.....	166
10.10	Estado das Pessoas	166
10.11	Atos do Registro Civil.....	169
10.11.1	Nascimentos.....	171
10.11.2	Óbitos.....	172
10.11.3	Emancipação, Interdição e Ausência.....	173
10.11.4	Considerações Finais	173
11	Direitos da Personalidade. Nome Civil das Pessoas Naturais.....	175
11.1	Direitos da Personalidade. Noção e Compreensão	175
11.1.1	Direitos da Personalidade. Características. Enumeração	176
11.1.2	Tutela dos Direitos da Personalidade	180
11.1.3	Legitimidade para a Tutela dos Direitos da Personalidade	181
11.1.4	Proteção da Imagem, Nome, Privacidade e Outros Aspectos Afins.....	183
11.1.5	Direito ao Próprio Corpo.....	191
11.1.6	Pessoa Jurídica e Direitos da Personalidade	194
11.2	Nome Civil das Pessoas Naturais	196
11.2.1	Origens Históricas.....	197
11.2.2	Natureza Jurídica.....	198
11.2.3	Elementos Integrantes do Nome	199
11.2.4	Nome: Prenome e Sobrenome. Possibilidade de Alteração ...	201
11.2.4.1	Alteração do Nome da Mulher e do Marido..	209
11.2.4.2	Apelido de Família do Padrasto ou da Madrasta	212
11.2.4.3	Redesignação do Estado Sexual e Mudança de Prenome.....	212
11.2.5	Proteção do Nome.....	215

12 Domicílio	219
12.1 Domicílio no Direito Romano	220
12.2 Domicílio, Residência e Moradia.....	221
12.3 Unidade, Pluralidade, Falta e Mudança de Domicílio	223
12.4 Importância do Domicílio	226
12.5 Espécies de Domicílio	227
12.5.1 Domicílio de Eleição (Foro de Eleição).....	231
12.6 Domicílio da Pessoa Jurídica.....	234
13 Pessoas Jurídicas no Direito Romano	237
13.1 Pessoa Jurídica – Introdução	237
13.2 Pessoa Jurídica no Direito Romano.....	237
13.3 Principais Pessoas Jurídicas	238
13.4 Capacidade das Pessoas Jurídicas no Direito Romano	239
14 Pessoas Jurídicas	241
14.1 Introdução.....	241
14.2 Denominação	243
14.3 Requisitos para a Constituição da Pessoa Jurídica	243
14.4 Natureza da Pessoa Jurídica.....	245
14.4.1 Doutrinas da Ficção	245
14.4.2 Doutrinas da Realidade	247
14.4.3 Doutrinas Negativistas.....	248
14.4.4 Doutrina da Instituição	248
14.4.5 Conclusão	249
14.5 Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica.....	250
14.6 Classificação das Pessoas Jurídicas	252
14.6.1 Pessoas Jurídicas de Direito Privado	254
14.6.2 Grupos com Personificação Anômala.....	257
14.7 Patrimônio como Elemento não Essencial da Pessoa Jurídica	261
14.8 Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas.....	261
14.8.1 Evolução Doutrinária da Responsabilidade Civil da Administração	266
14.8.2 Art. 15 do Código Civil de 1916. Art. 43 do Código Civil de 2002.....	268
14.8.3 Aplicação da Teoria do Risco Administrativo	272
14.8.4 Responsabilidade por Atos Legislativos e Judiciais.....	274
14.8.5 Reparação do Dano: a Ação de Indenização	275

14.9	Nacionalidade das Pessoas Jurídicas	276
14.10	Começo da Existência Legal da Pessoa Jurídica	276
14.10.1	Registro da Pessoa Jurídica	278
14.11	Sociedades e Associações	280
14.11.1	Associações	281
14.11.2	Organizações Religiosas e Partidos Políticos.....	293
14.12	Fundações	294
14.13	Transformações e Extinção da Pessoa Jurídica	301
14.14	Desconsideração da Pessoa Jurídica.....	304
15	Bens em Direito Romano	311
15.1	Introdução.....	311
15.2	As Coisas <i>In Patrimonio</i>	311
15.2.1	<i>Res Mancipie</i> e <i>Res Nec Mancipi</i>	312
15.2.2	Coisas Corpóreas e Coisas Incorpóreas	312
15.2.3	Móveis e Imóveis	313
15.3	Coisas <i>Extra Patrimonium</i>	313
15.3.1	<i>Res Humani Iuris</i>	314
15.3.2	<i>Res Divini Iuris</i>	314
15.4	Divisões Modernas de Bens.....	314
15.5	Patrimônio	315
16	Os Bens e sua Classificação.....	317
16.1	Bens e Coisas: Objeto do Direito	317
16.2	Bens Corpóreos e Incorpóreos.....	319
16.3	Móveis e Imóveis.....	319
16.3.1	Regime dos Bens Imóveis.....	320
16.3.2	Regime dos Bens Móveis.....	326
16.4	Bens Fungíveis e Infungíveis	327
16.5	Bens Consumíveis e não Consumíveis.....	330
16.6	Bens Divisíveis e Indivisíveis.....	332
16.7	Bens Singulares e Coletivos	335
16.8	Bens Reciprocamente Considerados: Principais e Acessórios. Pertencas	336
16.8.1	Frutos, Produtos e Rendimentos.....	340
16.8.2	Benfeitorias	341
16.9	Bens Públicos e Particulares	343
16.10	Bens que Estão Fora do Comércio.....	346

17 Fatos, Atos e Negócios Jurídicos.....	349
17.1 Introdução: os Fatos Jurídicos.....	349
17.2 Negócio Jurídico.....	352
17.2.1 Classificação dos Negócios Jurídicos.....	354
17.3 Atos Jurídicos no Direito Romano	355
18 Aquisição, Modificação, Defesa e Extinção dos Direitos.....	359
18.1 Aquisição dos Direitos.....	359
18.1.1 Direitos Atuais e Direitos Futuros.....	360
18.1.2 Direitos Eventuais	361
18.1.3 Expectativas de Direito.....	362
18.1.4 Direitos Condicionais.....	362
18.1.5 Direitos Potestativos	364
18.2 Modificação dos Direitos.....	366
18.3 Defesa dos Direitos	367
18.3.1 Legítimo Interesse: Condições da Ação	370
18.4 Extinção dos Direitos	371
19 Fenômeno da Representação no Direito: Conceito e Espécies	375
19.1 Conceito	375
19.2 Evolução Histórica da Representação	376
19.3 Figura do Núncio	377
19.4 Representação Legal e Voluntária.....	378
19.5 Efeitos da Representação.....	381
20 Elementos do Negócio Jurídico. Planos de Existência e Validade.....	385
20.1 Elementos, Pressupostos e Requisitos.....	385
20.2 Vontade e sua Declaração	387
20.2.1 Elementos Constitutivos da Declaração de Vontade.....	388
20.2.2 Silêncio como Manifestação de Vontade.....	390
20.3 Capacidade do Agente.....	392
20.3.1 Legitimação.....	393
20.4 Forma.....	394
20.5 Objeto	396
20.6 Causa.....	399
21 Interpretação dos Negócios Jurídicos	403
21.1 Sentido da Interpretação dos Negócios Jurídicos.....	403
21.2 Interpretação no Código Civil. A Boa-Fé.....	405

22 Defeitos dos Negócios Jurídicos – O Erro	419
22.1 Defeitos dos Negócios Jurídicos.....	419
22.2 Erro ou Ignorância.....	422
22.3 Escusabilidade do Erro.....	424
22.4 Erro Substancial e Erro Acidental.....	426
22.5 Erro Consistente numa Falsa Causa	429
22.6 Erro de Fato e Erro de Direito	429
22.7 Art. 141 do Código Civil.....	430
22.8 Art. 142 do Código Civil.....	431
22.9 Erro de Cálculo	431
22.10 Aceitação da Manifestação de Vontade Errônea pelo Declaratário....	433
22.11 Erro e Vícios Redibitórios	435
22.12 Erro Sobre o Valor.....	435
22.13 Consequências da Anulação do Negócio por Erro – Interesse Negativo.....	436
23 Dolo	439
23.1 Conceito	439
23.2 Erro e Dolo.....	441
23.3 Dolo e Fraude	442
23.4 Requisitos do Dolo.....	442
23.4.1 Dolo Essencial e Dolo Acidental	443
23.4.2 <i>Dolus Bonus e Dolus Malus</i>	444
23.5 Dolo Positivo e Dolo Negativo	447
23.6 Dolo de Terceiro: Diferença de Tratamento da Coação Praticada Por Terceiro no Código de 1916	450
23.7 Dolo do Representante.....	453
23.8 Dolo de Ambas as Partes.....	455
24 Coação e Estado de Perigo	457
24.1 Conceito	457
24.2 Requisitos da Coação.....	460
24.2.1 Essencialidade da Coação	460
24.2.2 Intenção de Coagir	461
24.2.3 Gravidade do Mal Cominado	461
24.2.4 Injustiça ou Ilícitude da Cominação.....	462
24.2.5 Dano Atual ou Iminente.....	464
24.2.6 Justo Receio de Prejuízo Igual, pelo Menos, ao Decorrente do Dano Extorquido. A Posição do Atual Código.....	465

24.2.7	Ameaça de Prejuízo à Pessoa ou Bens da Vítima, ou Pessoas de sua Família	465
24.3	O Temor Reverencial	466
24.4	Coação por Parte de Terceiros.....	468
24.5	Estado de Necessidade ou Estado de Perigo. Situações Afins	469
25	Lesão.....	473
25.1	Introdução.....	473
25.2	Noção Histórica.....	474
25.3	Conceito e Requisitos	475
25.4	Lesão e Lei de Proteção à Economia Popular. Código de Defesa do Consumidor	481
25.5	Procedimento Judicial	483
25.6	Renúncia Antecipada à Alegação de Lesão	483
25.7	Prazo Prescricional	483
26	Fraude Contra Credores.....	485
26.1	Introdução.....	485
26.2	Noção Histórica.....	486
26.3	Fraude em Geral.....	487
26.4	Fraude contra Credores.....	488
26.4.1	Requisitos	491
26.4.2	Ação Pauliana	497
26.5	Casos Particulares Estatuídos na Lei	499
26.5.1	Outros Casos Particulares de Fraude Contra Credores	503
26.6	Fraude de Execução	505
26.7	Ação Revocatória Falencial.....	508
26.8	Conclusão.....	508
27	Elementos Acidentais dos Negócios Jurídicos: Condição, Termo e Encargo.....	511
27.1	Introdução – Elementos Acidentais do Negócio Jurídico	511
27.2	Condição	512
27.2.1	Condições Lícitas e Ilícitas.....	514
27.2.2	Condição Perplexa e Potestativa	518
27.2.3	Condição Impossível no Código de 1916	521
27.2.3.1	Condições que Invalidam o Negócio Jurídico no Atual Código.....	522
27.2.4	Condição Resolutiva e Condição Suspensiva	523

27.2.5	Implemento ou Não Implemento das Condições por Malícia do Interessado. Frustração da Condição.....	530
27.2.6	Retroatividade da Condição	532
27.2.7	Condição e Pressuposição.....	533
27.3	Termo.....	534
27.3.1	O Prazo	536
27.4	Encargo.....	538
28	Invalidade dos Negócios Jurídicos.....	543
28.1	Introdução ao Estudo das Nulidades do Negócio Jurídico	543
28.2	Nulidade.....	544
28.2.1	Conversão do Negócio Jurídico.....	554
28.3	Anulabilidade	555
28.3.1	Ratificação ou Confirmação dos Negócios Anuláveis.....	559
28.4	Distinção entre Negócios Nulos e Negócios Anuláveis	561
28.5	Problemática da Inexistência dos Negócios Jurídicos.....	562
29	Simulação	565
29.1	Conceito	565
29.2	Requisitos.....	568
29.3	Espécies de Simulação	570
29.4	Simulação Absoluta e Simulação Relativa	573
29.5	Simulação Maliciosa e Simulação Inocente.....	575
29.6	Síntese da Simulação no Direito Atual.....	577
29.7	Simulação e Defeitos Afins. Reserva Mental. Reserva Mental no Código de 2002.....	579
29.7.1	Reserva Mental	581
29.8	Ação de Simulação.....	583
29.9	Prova da Simulação.....	587
30	Atos Ilícitos. Introdução. Abuso de Direito	589
30.1	Responsabilidade Civil, Responsabilidade Contratual e Extracontratual.....	589
30.2	Elementos da Responsabilidade Extracontratual (Extranegocial) ou Aquiliana.....	593
30.3	Exclusão ou Diminuição da Responsabilidade	599
30.4	Abuso de Direito	603
30.4.1	Conceito de Abuso de Direito	604
30.4.2	Alguns Exemplos Significativos de Abuso de Direito	605

30.4.3	Aplicação da Teoria do Abuso em Nosso Direito	607
30.4.4	Abuso de Direito no Atual Código Civil	609
31	Prescrição e Decadência	613
31.1	Influência do Tempo nas Relações Jurídicas	613
31.2	Prescrição Extintiva e Prescrição Aquisitiva	614
31.3	Síntese Histórica da Prescrição	615
31.4	Conceito e Requisitos da Prescrição	616
31.4.1	Ações Imprescritíveis	618
31.4.2	Prescrição e Decadência	620
31.4.3	Disposições Legais sobre a Prescrição	625
31.4.4	Impedimento, Suspensão e Interrupção da Prescrição ...	630
31.5	Prazos de Prescrição no Código de 1916 (Leitura Complementar)	640
31.6	Prescrição e Decadência no Código Civil de 2002. A Nova Decadência	641
32	Forma e Prova dos Negócios Jurídicos	647
32.1	Conceito, Valor e Função da Forma	647
32.1.1	Escritura Pública e Instrumento Particular	652
32.2	Prova dos Negócios Jurídicos	653
32.2.1	Meios de Prova	655
32.2.2	Confissão	656
32.2.3	Atos Processados em Juízo	658
32.2.4	Documentos Públicos ou Particulares	659
32.2.5	A Prova Testemunhal	661
32.2.6	Presunções e Indícios	664
32.2.7	A Perícia. A Inspeção Judicial	666
	Bibliografia	669
	Índice Remissivo	675

2

DIREITO CIVIL

Obrigações e Responsabilidade Civil

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

20^a
edição **revista e
atualizada**

 | **atlas**

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 13.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: obrigações e responsabilidade civil / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02366-4

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. 3. Responsabilidade (Direito) - Brasil. I. Título. II. Série.

19-61705

CDU: 347(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

1 – Introdução ao Direito das Obrigações	1
1.1 Posição da Obrigação no Campo Jurídico	1
1.2 Definição	4
1.3 Distinção entre Direitos Reais e Direitos Pessoais	6
1.4 Importância do Direito das Obrigações	8
1.5 Evolução da Teoria das Obrigações	9
1.6 Posição do Direito das Obrigações no Código Civil e em seu Estudo	10
2 – Estrutura da Relação Obrigacional	13
2.1 Introdução	13
2.2 Sujeitos da Relação Obrigacional.....	14
2.3 Objeto da Relação Obrigacional.....	15
2.3.1 Patrimonialidade da Prestação.....	17
2.4 Vínculo Jurídico da Relação Obrigacional.....	19
2.5 Causa nas Obrigações	21
3 – Obrigações Naturais	23
3.1 Introdução.....	23
3.2 Direito Romano.....	26
3.3 Obrigações Naturais no Direito Brasileiro.....	27
3.4 Natureza Jurídica das Obrigações Naturais	33
3.5 Efeitos da Obrigação Natural.....	34
4 – Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>) e Figuras Afins	37
4.1 Obrigações Reais (<i>Propter Rem</i>)	37
4.2 Ônus Reais	42
4.2.1 Ônus Reais e Obrigações Reais	42
4.2.2 Conceito	43
4.3 Obrigações com Eficácia Real.....	43

5 – Fontes das Obrigações	47
5.1 Introdução	47
5.2 Fontes das Obrigações no Direito Romano	48
5.3 Visão Moderna das Fontes das Obrigações.....	49
5.4 Fontes das Obrigações no Código Civil de 1916 e no Atual Código	50
6 – Classificação das Obrigações	53
6.1 Espécies de Obrigações.....	53
6.1.1 Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado.....	56
6.1.2 Obrigações de Garantia.....	60
6.2 Obrigações de Dar: Coisa Certa e Coisa Incerta	60
6.2.1 Obrigações de Dar	60
6.2.2 Obrigações de Dar Coisa Certa.....	61
6.2.2.1 Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa na obrigação de dar coisa certa	64
6.2.2.2 Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de dar coisa certa	67
6.2.2.3 Obrigações de restituir	68
6.2.2.4 Responsabilidade pela perda ou deteriora- ção da coisa na obrigação de restituir	68
6.2.2.5 Melhoramentos, acréscimos e frutos na obrigação de restituir.....	69
6.2.2.6 Execução da obrigação de dar coisa certa ...	71
6.2.3 Obrigações Pecuniárias	72
6.2.4 Obrigações de Dar Coisa Incerta	76
6.3 Obrigações de Fazer e de Não Fazer.....	80
6.3.1 Obrigação de Fazer	80
6.3.2 Obrigação de Dar e de Fazer	83
6.3.3 Obrigações de Fazer Fungíveis e Não Fungíveis.....	84
6.3.4 Descumprimento das Obrigações de Fazer.....	86
6.3.5 Obrigações de Não Fazer	91
6.3.6 Modo de Cumprir e Execução Forçada da Obrigação de Não Fazer	92
6.4 Obrigações Alternativas e Facultativas.....	94
6.4.1 Obrigações Cumulativas e Alternativas	94

6.4.2	Obrigação Alternativa	95
6.4.3	Concentração e Cumprimento da Obrigação Alternativa ...	97
6.4.3.1	Retratibilidade da concentração.....	101
6.4.4	Acréscimos Sofridos pelas Coisas na Obrigação Alternativa.....	102
6.4.5	Obrigações Facultativas.....	102
6.4.5.1	Efeitos da obrigação facultativa	104
6.5	Obrigações Divisíveis e Indivisíveis	105
6.5.1	Conceito	105
6.5.2	Pluralidade de Credores e de Devedores	108
6.5.3	Indivisibilidade e Solidariedade	112
6.6	Obrigações Solidárias	113
6.6.1	Conceito	113
6.6.2	Antecedentes Históricos.....	115
6.6.3	Obrigações <i>in Solidum</i>	116
6.6.4	Características e Fundamento da Solidariedade.....	117
6.6.5	Fontes da Solidariedade	120
6.6.6	Solidariedade Ativa.....	123
6.6.6.1	Efeitos da solidariedade ativa	125
6.6.6.2	Extinção da solidariedade ativa	127
6.6.7	Solidariedade passiva.....	127
6.6.7.1	Principais efeitos da obrigação solidária.....	128
6.6.7.2	Aspectos processuais da solidariedade. A coisa julgada.....	131
6.6.7.3	Pagamento parcial.....	132
6.6.8	Extinção da Solidariedade	133
6.7	Outras Modalidades de Obrigações.....	135
6.7.1	Obrigações Principais e Acessórias	135
6.7.2	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	137
6.7.3	Obrigações Condicionais	139
6.7.4	Obrigações Modais	141
6.7.5	Obrigações a Termo.....	142
6.8	Obrigações de Juros. Obrigações Pecuniárias.....	145
6.8.1	Obrigações de Juros	145
6.8.1.1	Espécies de juros	145

6.8.1.2	Anatocismo.....	149
6.8.2	Obrigações Pecuniárias	151
7	Transmissão das Obrigações	155
7.1	Cessão de Crédito	155
7.1.1	Introdução. A Transmissibilidade das Obrigações	155
7.1.2	Conceito de Cessão de Crédito. Afinidades	156
7.1.3	Posição do Devedor	160
7.1.4	Natureza Jurídica.....	164
7.1.5	Requisitos. Objeto. Capacidade e Legitimação	164
7.1.6	Responsabilidade.....	165
7.1.7	Espécies	166
7.1.8	Efeitos	167
7.2	Assunção de Dívida	168
7.2.1	Conceito	168
7.2.2	Características	175
7.2.3	Espécies	176
7.2.4	Efeitos	179
7.3	Cessão de Posição Contratual (Cessão de Contrato)	181
7.3.1	Introdução.....	181
7.3.2	Transmissão das Obrigações em Geral	182
7.3.3	Cessão de Posição Contratual. Conceito.....	183
7.3.4	Natureza Jurídica.....	185
7.3.5	Figuras Afins.....	186
7.3.6	Campo de Atuação do Instituto	189
7.3.7	Modos de Formação	190
7.3.8	Efeitos	190
7.3.8.1	Efeitos entre cedente e cessionário	191
7.3.8.2	Efeitos entre cedente e cedido	192
7.3.8.3	Efeitos entre cessionário e cedido.....	193
7.3.9	Cessão de Posição Contratual no Direito Brasileiro	194
8	Pagamento.....	197
8.1	Extinção Normal das Obrigações	197
8.2	Natureza Jurídica do Pagamento	198

8.3	De Quem Deve Pagar. O <i>Solvens</i>	200
8.4	A Quem se Deve Pagar. O <i>Accipiens</i>	205
8.4.1	Credor Putativo	207
8.4.2	Quando o Pagamento Feito a Terceiro Desqualificado Será Válido	208
8.4.3	Pagamento Feito ao Inibido de Receber.....	210
8.5	Objeto do Pagamento e sua Prova	211
8.5.1	Prova do Pagamento	219
8.6	Lugar do Pagamento. Dívidas <i>Quérables e Portables</i>	225
8.7	Tempo do Pagamento	229
9	– Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido	235
9.1	Introdução	235
9.2	Enriquecimento sem Causa. Conteúdo.....	236
9.3	Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido como Fonte de Obrigações	238
9.4	Tratamento da Matéria no Direito Romano	239
9.4.1	A <i>Condictio Indebiti</i>	241
9.4.2	Outras <i>Conditiones</i>	241
9.4.3	Síntese do Pensamento Romano	242
9.5	Direito Moderno, Sistema Alemão e Sistema Francês	243
9.6	Aplicação da Teoria do Enriquecimento sem Causa no Direito Brasileiro	246
9.6.1	Requisitos do Enriquecimento sem Causa	247
9.6.2	Aplicação do Instituto. A Jurisprudência Brasileira	250
9.6.3	Objeto da Restituição	253
9.7	Ação de <i>In Rem Verso</i>	254
9.7.1	A Subsidiariedade da Ação	258
9.8	Síntese Conclusiva do Enriquecimento sem Causa. Prescrição	259
9.9	Pagamento Indevido	260
9.9.1	Pagamento em Geral. Conteúdo	261
9.9.2	Posição da Matéria na Lei. Fonte Autônoma de Obri- gações.....	262
9.9.3	Pressupostos do Pagamento Indevido.....	262
9.9.4	Erro do <i>Solvens</i>	263
9.9.5	Pagamento de Dívida Condicional.....	267

9.10	Casos em que Aquele que Recebeu não é Obrigado a Restituir	267
9.10.1	Dívida Prescrita e Obrigação Natural	268
9.10.2	Pagamento para Fim Ilícito, Imoral ou Proibido por Lei ...	268
9.10.3	Outra Hipótese de Não Repetição. O Art. 880.....	269
9.11	Pagamento Indevido que Teve por Objeto um Imóvel.....	270
9.11.1	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Oneroso	271
9.11.2	<i>Accipiens Aliena</i> de Boa-fé por Título Gratuito	271
9.11.3	<i>Accipiens Aliena</i> a Terceiro de Má-fé.....	271
9.11.4	Má-fé do <i>Accipiens</i>	272
9.11.5	Síntese	272
9.12	Conclusão	272
10	Formas Especiais de Pagamento e Extinção de Obrigações.....	275
10.1	Pagamento por Consignação.....	275
10.1.1	Interesse do Devedor em Extinguir a Obrigação.....	275
10.1.2	Objeto da Consignação	276
10.1.3	Hipóteses de Consignação	278
10.1.4	Procedimento da Consignação	287
10.2	Pagamento com Sub-rogação	293
10.2.1	Conceito	293
10.2.2	Origem Histórica	295
10.2.3	Natureza Jurídica e Institutos Afins.....	295
10.2.4	Sub-rogação Legal.....	297
10.2.5	Sub-rogação Convencional.....	300
10.2.6	Efeitos da Sub-rogação	302
10.3	Imputação de Pagamento	305
10.3.1	Conceito	305
10.3.2	Requisitos	308
10.3.3	Imputação de Pagamento Feita pelo Devedor.....	309
10.3.4	Imputação de Pagamento Feita pelo Credor	310
10.3.5	Imputação de Pagamento Feita pela Lei.....	312
10.4	Dação em Pagamento	313
10.4.1	Conceito	313
10.4.2	Requisitos e Natureza Jurídica.....	315
10.4.3	Equiparação da <i>Datio in Solutum</i> à Compra e Venda...	317

10.5	Novação	319
10.5.1	Conceito e Espécies.....	319
10.5.2	Requisitos.....	326
10.5.3	Efeitos	328
10.6	Compensação	331
10.6.1	Conceito	331
10.6.2	Compensação em sua Origem Romana.....	331
10.6.3	Natureza Jurídica.....	332
10.6.4	Modalidades.....	333
10.6.5	Compensação Legal. Requisitos.....	334
10.6.5.1	Reciprocidade de créditos.....	334
10.6.5.2	Liquidez, certeza e exigibilidade	336
10.6.5.3	Homogeneidade das prestações	337
10.6.5.4	Existência e validade do crédito compensante...	338
10.6.6	Obrigações Não Compensáveis.....	339
10.6.7	Efeitos	341
10.7	Transação.....	341
10.7.1	Conceito. Peculiaridades.....	341
10.7.2	Natureza Contratual da Transação. Características.....	343
10.7.3	Modalidades. Forma	345
10.7.4	Objeto	346
10.7.5	Capacidade para Transigir. Poder de Transigir.....	347
10.7.6	Efeitos da Transação	348
10.7.7	Nulidades da Transação	349
10.7.8	Anulabilidades da Transação.....	350
10.7.9	Interpretação Restritiva da Transação.....	350
10.8	Compromisso	351
10.8.1	Conceito e Utilidade	351
10.8.2	Natureza Jurídica.....	353
10.8.3	Mediação	353
10.9	Confusão.....	354
10.9.1	Conceito e Natureza Jurídica.....	354
10.9.2	Fontes da Confusão	356
10.9.3	Espécies	356

10.9.4	Efeitos	356
10.9.5	Requisitos	357
10.10	Remissão	357
10.10.1	Conceito. Natureza Jurídica. Afinidades	357
10.10.2	Origem Histórica	358
10.10.3	Espécies	359
10.10.4	Efeitos	360
10.10.5	Remissão no Código Civil de 2002	360
11	– Crise no Cumprimento da Obrigação. Inadimplemento. Mora	363
11.1	Cumprimento da Obrigação em Crise	363
11.2	Inadimplemento Absoluto e Inadimplemento Relativo	367
11.3	Inadimplemento Relativo. A Mora	370
11.3.1	Mora do Devedor	371
11.3.2	Efeitos da Constituição em Mora do Devedor	374
11.4	Mora do Credor	376
11.4.1	Efeitos da Mora do Credor	377
11.5	Purgação da Mora	379
12	– Frustração no Cumprimento da Obrigação. Inexecução. Perdas e Danos	383
12.1	Descumprimento da Obrigação	383
12.2	Culpa do Devedor	385
12.2.1	Prova da Culpa	388
12.3	Inexecução das Obrigações sem Indenização. Caso Fortuito e Força Maior	388
12.3.1	Exoneração da Excludente. A Cláusula de Não Indenizar ...	389
12.4	Indenização. Perdas e Danos	392
12.4.1	Dano Moral ou Dano Não Patrimonial	401
13	– Cláusula Penal	405
13.1	Conceito. Natureza Jurídica	405
13.2	Cláusula Penal Compensatória. Cláusula Penal Moratória	407
13.3	Funções da Cláusula Penal	413
13.4	Exigibilidade da Cláusula Penal	414
13.5	Imutabilidade, Alteração e Limite da Cláusula Penal	414
13.6	Cláusula Penal e Institutos Afins	418

13.7	Cláusula Penal e Obrigações Indivisíveis.....	419
13.8	Cláusula Penal em Favor de Terceiro e Assumida por Terceiro	419
14	– Sinal ou Arras.....	421
14.1	Conceito.....	421
14.2	Noção Histórica	423
14.3	Arras no Código Civil de 1916. Importante Notícia Histórica. Arras Confirmatórias.....	424
14.4	Arras Penitenciais. Função Secundária.....	428
14.5	Arras e Obrigação Alternativa	430
14.6	Arras e Cláusula Penal.....	430
14.7	Arras no Código de 2002.....	431
15	– Responsabilidade Civil. Reapresentação do Tema. Princípios Gerais...	437
15.1	Introdução. Responsabilidade Civil: Princípios Orientadores. Responsabilidades Subjetiva e Objetiva.....	437
15.2	Responsabilidade Objetiva. Risco.....	449
15.3	Lineamentos Históricos.....	458
15.4	Responsabilidade Civil e Penal	459
15.5	Responsabilidade Contratual e Extracontratual. (Responsabilidade Negocial e Extranegocial).....	463
15.6	Ato Ilícito.....	466
15.7	Culpa.....	466
15.7.1	Culpa Concorrente.....	478
15.8	Dano e Indenização. Perda de uma Chance.....	480
15.8.1	Dano Moral ou Extrapatrimonial	488
15.9	Nexo Causal.....	497
15.10	Excludentes da Responsabilidade. Rompimento do Nexo Causal. Culpa da Vítima	498
15.11	Caso Fortuito e Força Maior	500
15.11.1	Estado de Necessidade. Legítima Defesa. Exercício Re- gular de Direito	505
15.12	Fato de Terceiro.....	509
15.13	Cláusula de Não Indenizar. Cláusula Limitativa de Respon- sabilidade.....	513
15.14	Imputabilidade	519
15.15	Direito e Responsabilidade do Sucessor Hereditário	520

16 – Responsabilidade por Fato de Outrem	521
16.1 Responsabilidade Direta e Indireta	521
16.2 Responsabilidade dos Pais pelos Filhos Menores.....	532
16.3 Responsabilidade de Tutores e Curadores	538
16.4 Responsabilidade do Empregador e Assemelhado	539
16.5 Responsabilidade dos Donos de Hotéis e Similares	544
16.6 Responsabilidade dos Estabelecimentos de Ensino.....	546
16.7 Responsabilidade pelo Proveito do Crime.....	550
16.8 Responsabilidade das Pessoas Jurídicas de Direito Público e de Direito Privado. Responsabilidade do Estado e do Magistrado. Responsabilidade pela Deficiente. Prestação Jurisdicional. Res- ponsabilidade por Atos Legislativos.....	550
16.9 Ação Regressiva.....	557
17 – Responsabilidade pelo Fato das Coisas e pela Guarda ou Fato de Animais	561
17.1 Introdução e Compreensão. O Fato da Coisa	561
17.2 Responsabilidade pela Ruína de Edifício	567
17.3 Responsabilidade por Coisas Caídas de Edifícios	570
17.4 Responsabilidade por Fato ou Guarda de Animais	573
18 – Responsabilidade Profissional: Responsabilidade Médica e Odon- tológica	581
18.1 O Médico e as Relações de Consumo.....	581
18.2 Natureza da Responsabilidade Médica.....	590
18.3 Relação Médico-Paciente.	596
18.4 Ética Médica e Responsabilidade. Sigilo Profissional	598
18.5 Cirurgia Plástica como Obrigação de Resultado	600
18.6 Responsabilidade pela Anestesia	604
18.7 Complexidade da Prova da Culpa. A Responsabilidade Médica no Código de Defesa do Consumidor	606
18.8 Responsabilidade do Odontólogo.....	611
19 – Responsabilidade Civil nos Transportes	615
19.1 Introdução	615
19.2 Responsabilidade das Estradas de Ferro. Extensão de Aplicação dessa Lei. Código de Defesa do Consumidor nos Transportes...	620

19.3	Transporte Gratuito	633
19.4	Transporte Aéreo e Aplicação do Código de Defesa do Consumidor	638
20	– Sentença Criminal e Responsabilidade Civil	651
20.1	Introdução	651
20.2	Execução da Sentença Penal Condenatória	654
20.3	Sentença Penal Absolutória	664
21	– Responsabilidade por Dano Ambiental	669
21.1	Introdução	669
21.2	Dano Ambiental	671
21.3	Reparação do Dano Ambiental. Responsabilidade Objetiva	677
21.4	Responsabilidade por Atividades Nucleares	684
22	– Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor	687
22.1	Introdução. O Atual Direito	687
22.2	Relação de Consumo e Responsabilidade Civil	697
22.3	Reparação de Danos	710
23	– Outras Modalidades de Responsabilidade	721
23.1	Responsabilidade Civil dos Advogados	721
23.2	Responsabilidade Civil dos Bancos e Demais Instituições Financeiras	728
23.3	Responsabilidade dos Notários	735
23.4	Responsabilidade por Furto de Veículos em Estabelecimentos Comerciais e Assemelhados	738
23.5	Responsabilidade de Empreiteiros e Construtores	742
23.6	Dano Informático	744
23.7	Responsabilidade por Demanda Antecipada de Dívida ou de Dívida já Paga	748
23.8	Responsabilidade no Âmbito da Família	751
24	– Dano e Reparação	755
24.1	Dano Emergente e Lucro Cessante. Perda da Chance	755
24.2	Danos Materiais e Danos Imateriais. Danos Morais. Dano Extrapatrimonial ou Moral à Pessoa Jurídica. Avaliação dos Danos Morais	763

24.3	Liquidação do Dano. Pensão Periódica e Pagamento Integral Único.....	777
24.4	Indenização em Caso de Homicídio.....	781
24.5	Indenização na Lesão Corporal.....	784
24.6	Legítima Defesa do Causador do Dano.....	786
24.7	Indenização por Injúria, Difamação e Calúnia. Indenização por Ofensa à Liberdade Pessoal.....	787
24.8	Responsabilidade por Usurpação e Ebulho.....	790
	Bibliografia.....	793
	Índice Remissivo	805

3

DIREITO CIVIL

Contratos

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

20^a
edição **revista e
atualizada**

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 20.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito civil: contratos / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02378-7

1. Direito civil – Brasil. 2. Contratos – Brasil. I. Título. II. Série.

19-61863

CDU: 347.44(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

1	Universo das Relações Contratuais	1
1.1	Negócio Jurídico e Contrato.....	1
1.1.1	Contrato no Código Francês	2
1.1.2	Contrato no Código Civil Alemão e a Assimilação de seu Conceito.....	3
1.2	Antecedentes Históricos.....	4
1.3	Historicidade do Conceito de Contrato. Sua Evolução. A Chamada Crise do Contrato.....	5
1.4	Contrato no Código de Defesa do Consumidor.....	9
1.5	Relação Negocial Alcançada pelo Código de Defesa do Consu- midor	11
2	Princípios Gerais do Direito Contratual. Contrato de Adesão. Novas Manifestações Contratuais	15
2.1	Autonomia da Vontade	15
2.2	Força Obrigatória dos Contratos	18
2.3	Princípio da Relatividade dos Contratos	18
2.4	Princípio da Boa-fé nos Contratos. Desdobramentos. Proibição de Comportamento Contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>)...	19
2.4.1	A Boa-fé Contratual no Vigente Código. A Boa-fé Objé- tiva.....	20
2.4.2	Função Social do Contrato.....	23
2.4.3	Proibição de Comportamento Contraditório: <i>Venire Contra Factum Proprium</i>	24
2.5	Novas Manifestações Contratuais. Contratos com Cláusulas Pre- dispostas	28
2.5.1	Despersonalização do Contratante	28
2.5.2	Contrato de Adesão.....	29
2.5.3	Contrato-tipo.....	34

2.5.4	Contrato Coletivo.....	35
2.5.5	Contrato Coativo.....	36
2.5.6	Contrato Dirigido ou Regulamentado	37
2.6	Relações não Contratuais. Acordo de Cavalheiros.....	38
3	Classificação dos Contratos (I)	39
3.1	Necessidade do Estudo da Classificação dos Contratos	39
3.2	Classificação no Direito Romano	41
3.3	Contratos Unilaterais e Bilaterais – Classificação Quanto à Carga de Obrigações das Partes.....	41
3.3.1	Relevância dessa Classificação. Exceção de Contrato não Cumprido nos Contratos Bilaterais. Cláusula Resolutória nesses Contratos	45
3.3.2	Possibilidade de Renúncia à Exceção de Contrato não Cumprido: Cláusula <i>Solve et Repete</i>	52
3.4	Contrato Plurilateral.....	54
4	Classificação dos Contratos (II)	57
4.1	Contratos Gratuitos e Onerosos.....	57
4.2	Contratos Comutativos e Aleatórios	59
4.2.1	Contratos Aleatórios no Código Civil.....	60
4.3	Contratos Típicos e Atípicos – Nominados e Inominados.....	64
4.3.1	Contratos Nominados e Inominados no Direito Romano....	67
4.3.2	Compreensão e Interpretação Moderna dos Contratos Típicos e Atípicos	68
5	Classificação dos Contratos (III)	71
5.1	Contratos Consensuais e Reais.....	71
5.2	Contratos Solenes e não Solenes – Formais e não Formais.....	72
5.3	Contratos Principais e Acessórios.....	74
5.4	Contratos Instantâneos e de Duração	74
5.5	Contratos por Prazo Determinado e por Prazo Indeterminado ..	75
5.6	Contratos Pessoais e Impessoais	78
5.7	Contratos Cíveis e Mercantis Empresariais.....	78
5.8	Contrato Preliminar.....	79
5.9	Contratos derivados – Subcontratos	83
5.10	Autocontrato – Contrato Consigo Mesmo	86

6 Elementos do Contrato	91
6.1 Teoria dos Negócios Jurídicos Aplicada aos Contratos	91
6.2 Vontade no Plano Contratual. Consentimento. A Parte nos Contratos	92
6.2.1 Conceito de Parte e sua Sucessão nos Contratos	93
6.2.2 Formas de Manifestação da Vontade Contratual. O Silêncio como Manifestação.....	94
6.3 Capacidade dos Contratantes.....	96
6.4 Objeto dos Contratos.....	97
6.4.1 Causa e Objeto dos Contratos	99
6.4.2 Apreciação Pecuniária dos Contratos.....	100
6.5 Forma e Prova dos Contratos	100
6.6 Vícios da Vontade Contratual. Lesão. Práticas Abusivas no Código de Defesa do Consumidor	103
7 Interpretação dos Contratos	107
7.1 Sentido da Interpretação	107
7.2 Linhas de Interpretação.....	109
7.3 Interpretação em Nossa Lei	110
7.4 Particularidades da Interpretação dos Contratos	116
7.5 Destinatários das Normas de Interpretação	117
7.6 Aspectos e Regras de Interpretação	118
7.7 Interpretação Integrativa e Integração dos Contratos.....	121
8 Teoria da Imprevisão. Revisão dos Contratos	125
8.1 Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de Revisão.....	125
8.2 Fundamentos da Possibilidade de Revisão Judicial dos Contratos	126
8.3 Justificativa para a Aplicação Judicial da Teoria da Imprevisão ...	127
8.4 Origens Históricas. A Cláusula <i>Rebus sic Stantibus</i>	130
8.5 Requisitos para a Aplicação da Cláusula.....	131
8.6 Como se Opera a Revisão. Efeitos	133
8.6.1 Soluções Legais. Direito Comparado.....	134
8.7 Cláusula de Exclusão da Revisão Judicial.....	139

9	Responsabilidade Contratual, Pré-contratual e Pós-contratual.....	141
9.1	Responsabilidade Contratual e Extracontratual	141
9.2	Requisitos da Responsabilidade Civil.....	143
9.2.1	Consequências da Responsabilidade Civil.....	144
9.2.2	Requisitos da Responsabilidade Contratual em Particular....	145
9.3	Responsabilidade Pré-contratual	146
9.3.1	Recusa de Contratar.....	146
9.3.2	Rompimento de Negociações Preliminares	148
9.4	Responsabilidade Pós-contratual.....	152
10	Relatividade dos Contratos. Efeitos com Relação a Terceiros.....	155
10.1	Terceiros e o Contrato	155
10.2	Verdadeiros Terceiros na Relação Contratual	157
10.3	Contratos em Favor de Terceiros	157
10.3.1	Natureza Jurídica.....	161
10.3.2	Posição do Terceiro com Relação ao Contrato.....	162
10.4	Contrato para Pessoa a Declarar	162
10.5	Promessa de Fato de Terceiro	164
11	Desfazimento da Relação Contratual. Extinção dos Contratos.....	167
11.1	Transitoriedade e Desfazimento dos Contratos. Extinção	167
11.2	Resilição dos Contratos.....	169
11.2.1	Distrato e Forma.....	171
11.2.2	Quitação, Recibo	173
11.2.3	Iniciativa de um dos Contratantes. Resilição Unilateral, Revogação.....	173
11.3	Resolução. Cláusulas Resolutivas Expressa e Tácita	174
11.4	Resolução por Inexecução Involuntária.....	178
11.5	Resolução por Inadimplemento Antecipado.....	179
12	Formação e Conclusão dos Contratos.....	183
12.1	Consentimento. Vontade Contratual.....	183
12.1.1	Silêncio na Formação dos Contratos	185
12.2	Período Pré-contratual. Formação da Vontade Contratual.....	187
12.2.1	Contratos Preliminares. A Opção	189
12.3	Oferta ou Proposta.....	189

12.4	Força Vinculante da Oferta.....	193
12.4.1	Manutenção da Proposta pelos Sucessores do Ofertante	194
12.4.2	Proposta não Obrigatória.....	195
12.4.3	Aceitação	196
12.4.4	Duração e Eficácia da Proposta e da Aceitação. Retratação. Contratos por Correspondência: Teorias.....	196
12.4.5	Vinculação da Oferta no Código de Defesa do Consumidor.....	200
12.5	Formação dos Contratos por meio de Informática	203
12.6	Lugar em que se Reputa Celebrado o Contrato	206
12.7	Contratos que Dependem de Instrumento Público	206
12.8	Contratos sobre Herança de Pessoa Viva.....	207
12.9	Impossibilidade da Prestação e Validade dos Contratos	209
13	Vícios Redibitórios.....	211
13.1	Obrigações de Garantia na Entrega da Coisa.....	211
13.2	Vícios Redibitórios. Conceito	212
13.3	Noção Histórica.....	215
13.4	Requisitos	216
13.5	Efeitos	221
13.6	Exclusão da Garantia em Vendas sob Hasta Pública.....	223
13.7	Modificações da Garantia	223
13.8	Prazos Decadenciais. Direito Anterior. Nova Perspectiva.....	224
13.8.1	Prazos Decadenciais Atuais	226
13.9	Vícios Ocultos segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	228
13.9.1	Decadência e Prescrição no Código de Defesa do Consumidor. Vícios Aparentes e Ocultos.....	232
14	Evicção.....	235
14.1	Conceito	235
14.2	Noção Histórica.....	237
14.3	Requisitos.....	238
14.3.1	Requisito da Existência de Sentença Judicial.....	239
14.4	Intervenção do Alienante no Processo em que o Adquirente é Demandado	240
14.5	Exclusão da Responsabilidade por Evicção. Reforço da Garantia...	243

14.6	Montante do Direito do Evicto.....	243
14.7	Evicção Parcial.....	248
14.8	Evicção nas Aquisições Judiciais.....	248
15	Vontade Privada e Contratos Administrativos	251
15.1	Direito Privado em Face do Direito Público	251
15.2	Contratos da Administração e Contratos Administrativos	252
15.3	Espécies de Contratos Administrativos	254
15.4	Características dos Contratos Administrativos	254
16	Arbitragem	257
16.1	Conceito e Utilidade.....	257
16.2	Natureza Jurídica.....	260
16.2.1	Mediação e Conciliação.....	260
16.3	Origem Histórica	261
16.4	Cláusula Compromissória. Novos Rumos Impostos pela Lei. Execução Específica: Ação para Instituição da Arbitragem.....	262
16.4.1	Aspectos da Cláusula Compromissória.....	264
16.4.2	Procedimentos para Execução Específica da Cláusula Compromissória.....	267
16.5	Modalidades.....	269
16.6	Requisitos do Compromisso. Autorização para Decidir por Equidade.....	270
16.7	Dos Árbitros	272
16.8	Do Procedimento Arbitral.....	274
16.9	Da Sentença Arbitral	277
16.9.1	Nulidade da Sentença Arbitral	279
16.10	Sentenças Arbitrais Estrangeiras.....	281
16.11	Extinção do Compromisso	284
17	Introdução ao Direito Especial dos Contratos.....	285
17.1	Direito Especial dos Contratos ou Contratos em Espécie.....	285
17.2	Evolução da Técnica Contratual.....	287
18	Compra e Venda	289
18.1	Conceito. Efeitos Obrigacionais do Contrato de Compra e Venda ...	289
18.2	Classificação.....	296

18.3	Elementos Constitutivos. Coisa, Preço e Consentimento. Forma...	298
18.3.1	Falta de Legitimação do Contratante na Compra e Venda	304
18.3.1.1	Venda a Descendente (art. 1.132 do Código de 1916 e art. 496 do Código de 2002)	305
18.3.1.2	Negócios Jurídicos Assemelhados à Compra e Venda. Incidência ou não da Anulabilidade	307
18.3.1.3	Natureza Jurídica da Nulidade Conforme o Código de 1916. Prescrição. Leitura Complementar	309
18.3.1.4	A Hipótese de Venda de Ascendente a Descendente no Código de 2002.....	310
18.3.1.5	Consentimento dos Descendentes. O Consentimento do Cônjuge no Código de 2002	310
18.3.1.6	Venda a Descendente por Interposta Pessoa ...	312
18.3.1.7	Ação de Nulidade do art. 1.132. A Anulação no Código de 2002	315
18.3.2	Ausência de Legitimidade para Sujeitos com Ingerência sobre Bens do Vendedor.....	316
18.3.3	Falta de Legitimação Decorrente do Casamento	318
18.3.4	Falta de Legitimação do Condômino para Vender a Estranho a Coisa Indivisa (Art. 504). Direito de Preferência.....	319
18.4	Efeitos Complementares da Compra e Venda.....	320
18.4.1	Riscos da Coisa Vendida	321
18.4.2	Garantia para Tradição da Coisa. Insolvência do Comprador.....	323
18.4.3	Despesas de Escritura e Tradição. Exigência Fiscal	324
18.4.4	Defeito Oculto na Venda de Coisas Conjuntas	325
18.4.5	Garantia Contra Vícios Redibitórios e Evicção	326
18.5	Venda por Amostra.....	327
18.6	Venda <i>Ad Corpus</i> e <i>Ad Mensuram</i>	331
18.7	Proteção do Consumidor-Comprador. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor à Compra e Venda. Cláusulas Abusivas. Perda das Quantias Pagas na Venda a Prazo	337
18.8	Compra e Venda Internacional. Convenção de Viena de 1980 (CISG).....	340
18.8.1	Incoterms.....	344

19 Cláusulas Especiais da Compra e Venda	347
19.1 Retrovenda.....	347
19.2 Venda a Contento. Venda Sujeita a Prova.....	353
19.3 Preempção ou Preferência	357
19.3.1 Preferência do Inquilino.....	362
19.4 Pacto de Melhor Comprador.....	365
19.5 Pacto Comissório	368
19.6 Venda com Reserva de Domínio	372
19.7 Venda sobre Documentos.....	375
19.8 Venda Mediante Poupança	375
19.9 Alienação Fiduciária.....	376
20 Troca ou Permuta.....	383
20.1 Conceito	383
20.2 Natureza	384
20.3 Efeitos	386
21 Contrato Estimatório ou de Consignação.....	391
21.1 Conceito. Conteúdo. Características	391
21.2 Natureza Jurídica.....	393
21.3 Alcance	395
21.4 Direitos e Obrigações do Consignante.....	396
21.5 Direitos e Deveres do Consignatário.....	396
21.6 Estimação do Preço.....	397
22 Doação.....	401
22.1 Conceito. Natureza Contratual. Conteúdo. Origens. Características	401
22.1.1 <i>Animus Donandi</i>	406
22.2 Aceitação. Capacidade e Legitimação	409
22.3 Objeto. Doação Universal. Doações Inoficiosas	412
22.3.1 Doações em Prejuízo dos Credores do Doador	418
22.3.2 Cláusulas Restritivas de Incomunicabilidade, Inalienabilidade e Impenhorabilidade nas Doações.....	418
22.4 Forma.....	420
22.5 Efeitos. Obrigações das Partes.....	421

22.6	Modalidades.....	421
22.6.1	Doações entre Cônjuges.....	427
22.6.2	Doação entre Companheiros e Concubinos.....	427
22.7	Reversão por Premoriência do Donatário.....	429
22.8	Resolução. Revogação das Doações.....	430
22.8.1	Prazo Decadencial da Ação Revogatória.....	435
22.8.2	Consequências da Sentença que Decreta a Revogação ...	436
22.8.3	Legitimidade para a Ação Revogatória.....	437
22.9	Promessa de Doação.....	439
23	Locação de Coisas. Lei do Inquilinato	441
23.1	Espécies. Conceitos. Natureza.....	441
23.1.1	Capacidade. Objeto. Aluguel.....	444
23.2	Obrigações do Locador e do Locatário na Locação em Geral.....	445
23.2.1	Prazo. Alienação da Coisa Locada na Locação em Geral....	448
23.3	Locação Predial. Lei do Inquilinato.....	451
23.3.1	Locações Regidas pelo Código Civil e Leis Especiais.....	452
23.3.2	Locação Residencial. Hipóteses de Denúncia Vazia ou Imotivada. Desfazimento da Locação.....	453
23.3.3	Locação para Temporada.....	457
23.3.4	Locação não Residencial. Ação Renovatória.....	459
23.3.4.1	Oposição à Pretensão de Renovação.....	463
23.3.4.2	Rescisão do Contrato de Locação de Hospitais, Estabelecimentos de Saúde e de Ensino.....	465
23.3.4.3	Locação Destinada a Titulares de Pessoa Jurídica em Razão do Exercício da Função.....	466
23.3.5	Extinção de Usufruto e de Fideicomisso.....	467
23.3.6	Alienação de Imóvel Durante a Locação.....	468
23.3.7	Morte do Locador e do Locatário.....	468
23.3.7.1	Separação e Divórcio do Locatário.....	470
23.3.8	Cessão, Sublocação e Empréstimo do Imóvel.....	470
23.3.9	Sublocação.....	471
23.3.10	Aluguel. Ação Revisional.....	472
23.3.11	Direitos e Deveres do Locador.....	473
23.3.12	Direitos e Deveres do Locatário.....	475

23.3.13	Direito de Preferência.....	479
23.3.14	Benfeitorias	482
23.3.15	Garantias Locatícias	483
23.3.16	Penalidades Decorrentes da Locação	485
23.3.17	Nulidades no Contrato de Locação Predial	487
23.3.18	Direito Processual do Inquilinato	488
24	Empréstimo: Comodato.....	491
24.1	Empréstimo em Geral	491
24.2	Comodato. Natureza. Objeto. Forma	491
24.3	Capacidade das Partes	495
24.4	Promessa de Comodato.....	496
24.5	Prazo	496
24.6	Direitos e Obrigações do Comodatário. Riscos	499
24.7	Direitos e Obrigações do Comodante	501
24.8	Restituição. Interpelação. Pagamento de Aluguel. Benfeitorias....	503
24.9	Comodato Modal	504
24.10	Extinção.....	506
25	Empréstimo: Mútuo.....	507
25.1	Conceito. Natureza.....	507
25.2	Objeto. Forma.....	514
25.3	Obrigações das Partes.....	515
25.4	Empréstimo de Dinheiro. Juros	516
25.5	Capacidade. Empréstimo Feito a Menor.....	519
25.6	Extinção.....	520
26	Prestação de Serviços.....	523
26.1	Conceito. Denominação.....	523
26.2	Natureza. Distinção de Outros Contratos	526
26.3	Objeto e Alcance da Prestação de Serviços	530
26.3.1	Aliciamento de Mão de Obra Alheia	531
26.3.2	Ausência de Habilitação para a Prestação do Serviço	532
26.4	Duração do Contrato.....	533
26.5	Extinção. Justa Causa.....	535

27 Empreitada	539
27.1 Conceito. Importância.....	539
27.1.1 Espécies. Revisão de Preço. O Projeto e a Fiscalização ...	541
27.1.2 Forma.....	550
27.2 Figuras Afins: Prestação de Serviço, Contrato de Trabalho, Mandato, Compra e Venda, Fornecimento. Construção por Administração	552
27.3 Sujeitos. Direitos e Deveres do Dono da Obra.....	555
27.4 Direitos e Deveres do Empreiteiro.....	559
27.5 Subempreitada.....	561
27.6 Verificação e Aceitação da Obra. Extinção do Contrato	562
27.7 Responsabilidade do Construtor. Responsabilidade perante Terceiros.....	564
27.7.1 Responsabilidade do Construtor no Atual Código.....	567
28 Depósito	569
28.1 Conceito. Natureza. Objeto.....	569
28.1.1 Forma.....	575
28.1.2 Depositário Incapaz	576
28.1.3 Pluralidade de Depositantes	576
28.2 Espécies. Depósito Voluntário.....	577
28.3 Obrigações das Partes.....	578
28.4 Depósito Obrigatório: Legal e Necessário	580
28.5 Ação de Depósito	583
28.5.1 Depositário Infiel. Prisão	584
28.6 Extinção do Contrato de Depósito	587
29 Mandato	589
29.1 Conceito. Natureza. Procuração. Representação e Mandato.....	589
29.2 Aceitação do Mandato.....	598
29.3 Capacidade das Partes	599
29.3.1 Obrigações do Mandatário e do Mandante. Excesso de Mandato.....	601
29.4 Forma. Modalidade. Procuração.....	607
29.4.1 Mandato Judicial	614
29.5 Substabelecimento	616

29.6	Ratificação.....	618
29.7	Procuração em Causa Própria. Contrato Consigo Mesmo ou Autocontrato.....	619
29.8	Extinção do Mandato. Revogação.....	622
30	Comissão.....	631
30.1	Conceito e Natureza.....	631
30.2	Remuneração do Comissário.....	635
30.3	Obrigações do Comissário.....	635
30.3.1	Comissão <i>Del Credere</i>	638
30.4	Direitos do Comissário.....	641
30.5	Obrigações e Direitos do Comitente.....	642
30.6	Extinção do Contrato de Comissão.....	643
31	Agência e Distribuição. Lobby.....	645
31.1	Tratamento Conjunto de Ambos os Contratos. Os Contratos de Agência e Distribuição e o Representante Comercial.....	645
31.2	Comercialização por Terceiros.....	647
31.3	Agência.....	648
31.3.1	Agência e contrato de <i>lobby</i>	651
31.3.2	Características. Remuneração do Agente.....	652
31.3.3	Prazo.....	656
31.4	Distribuição.....	657
32	Corretagem.....	661
32.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	661
32.2	Corretor.....	667
32.3	Remuneração.....	668
32.3.1	Outros Direitos e Deveres do Corretor.....	678
32.4	Extinção.....	680
33	Transporte.....	681
33.1	Conceito. Origens.....	681
33.2	Natureza Jurídica.....	687
33.2.1	Espécies.....	689
33.3	Sujeitos.....	690

33.4	Objeto	691
33.5	Frete	692
33.6	Obrigações das Partes. Vistoria e Protesto. Responsabilidade do Transportador	692
33.7	Transporte de Pessoas.....	696
	33.7.1 Transporte Gratuito	703
33.8	Transporte de Coisas	705
33.9	Conhecimento	710
33.10	Bilhete de Passagem.....	711
33.11	Particularidades do Transporte Aéreo	712
34	Seguro	715
34.1	Origens. Conceito	715
34.2	Características. Natureza Jurídica.....	719
34.3	Objeto	728
34.4	Risco.....	730
	34.4.1 Espécies.....	731
	34.4.2 Seguro de Homem Casado em Favor da Concubina.....	738
34.5	Prêmio	739
	34.5.1 Mora no Pagamento do Prêmio	740
34.6	Indenização. Rateio.....	742
34.7	Partes. Seguro Mútuo	745
34.8	Obrigações do Segurado	746
34.9	Obrigações do Segurador.....	751
	34.9.1 Morte Voluntária do Segurado	752
34.10	Instrumentos Contratuais.....	753
34.11	Multiplicidade de Seguros. Cosseguro	757
34.12	Resseguro	759
34.13	Sub-rogação	761
34.14	Extinção do Contrato de Seguro.....	762
34.15	Prescrição.....	763
35	Constituição de Renda	765
35.1	Conceito. Origens. Utilidade. Características. Direito Obrigacional e Direito Real.....	765

35.2	Fontes.....	768
35.3	Nulidade de Constituição. Direito de Acrescer.....	768
35.4	Direitos e Obrigações das Partes.....	769
35.5	Extinção.....	770
36	Jogo e Aposta.....	773
36.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	773
36.2	Espécies de Jogo. Natureza da Obrigação. Características	774
36.3	Contratos Diferenciais.....	779
36.4	Sorteio.....	780
37	Fiança.....	781
37.1	Conceito. Natureza. Modalidades.....	781
37.2	Extensão da Fiança	790
37.3	Fiança e Obrigação Natural	792
37.4	Requisitos Subjetivos. Legitimidade. Outorga Conjugal	792
37.5	Efeitos da Fiança. Benefício de Ordem. Sub-rogação	796
37.6	Exoneração da Fiança.....	801
37.7	Fiança na Locação Imobiliária	806
37.8	Exceções Opostas pelo Fiador.....	807
37.9	Extinção da Fiança.....	809
38	Dos Atos Unilaterais: Promessa de Recompensa. Concurso.....	811
38.1	Promessa de Recompensa como Negócio Jurídico Unilateral. Conceito. Generalidades	811
38.2	Conteúdo.....	815
38.3	Prêmio ou Recompensa. Exigibilidade	816
38.4	Revogabilidade	817
38.5	Concurso.....	818
39	Dos Atos Unilaterais: Gestão de Negócios	821
39.1	Conceito. Natureza.....	821
39.2	Requisitos.....	826
39.3	Obrigações e Direitos do Gestor	827
39.4	Obrigações e Deveres do Dono. Utilidade da Gestão	828
39.5	Ratificação e Desaprovação da Gestão.....	830

39.6 Casos Assemelhados à Gestão. Emprego Útil	831
39.7 Extinção da Gestão. Ações.....	832
40 Fornecimento	833
40.1 Conceito	833
40.2 Natureza Jurídica. Características.....	834
40.3 Modalidades. Elementos	835
40.4 Distinção de Outras Modalidades Contratuais.....	836
40.5 Obrigações das Partes.....	837
40.6 Extinção.....	838
41 Incorporação Imobiliária	839
41.1 Incorporador. Incorporação. Conceito. Natureza Jurídica.....	839
41.2 Partes	846
41.3 Objeto	846
41.4 Conteúdo. Lançamento da Incorporação. Construção.....	846
41.5 Construção por Empreitada e por Administração. Venda por Preço Global	849
41.6 Obrigações e Direitos do Incorporador	852
41.7 Obrigações e Direitos dos Adquirentes. Inadimplemento Contratual. Aplicação do Art. 53 do Código de Defesa do Consumidor...	854
41.8 Comissão de Representantes e Assembleia Geral de Adquirentes. Convenção do Condomínio	856
41.9 Inadimplência do Incorporador.....	860
41.10 Inadimplência do Adquirente	862
41.11 Extinção.....	863
41.12 O patrimônio de afetação. Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004....	863
42 Compromisso de Compra e Venda	869
42.1 Conceito. Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real.....	869
42.2 Natureza Jurídica do Compromisso de Compra e Venda de Imóvel. Particularidades.....	870
42.3 Adjudicação Compulsória	872
42.4 Características da Promessa de Compra e Venda.....	876
43 Garagem	881
43.1 Conceito	881
43.2 Características	883

43.3	Natureza Jurídica. Semelhança com Outros Contratos	884
43.4	Obrigações das Partes.....	885
43.5	Proteção do Usuário. Cláusula de Exclusão de Responsabilidade...	885
43.6	Prazo	889
43.7	Extinção.....	889
44	Representação Comercial	891
44.1	Conceito. Distinção da Representação Comercial de Outros Contratos e do Contrato de Agência	891
44.2	Representante Comercial Autônomo Segundo a Lei nº 4.886/65 ...	895
44.3	Forma e Conteúdo do Contrato de Representação. Prazo	896
44.4	Direitos e Obrigações das Partes	898
44.5	Rescisão. Denúncia. Extinção do Contrato	899
45	Transferência de Tecnologia. Licença e <i>Know-How</i>	905
45.1	Terminologia. Conceito.....	905
45.2	Contrato de Licença.....	908
45.3	Contrato de <i>Know-how</i>	910
45.4	Outros Contratos	912
45.5	Extinção.....	914
46	Franquia	915
46.1	Conceito. Origens. Modalidades.....	915
46.2	Natureza Jurídica. Características. Cláusulas Específicas.....	923
46.3	Direitos e Deveres das Partes. Circular de Oferta de Franquia....	925
46.4	Extinção do Contrato	928
47	Factoring (Faturização)	929
47.1	Conceito	929
47.2	Modalidades.....	931
47.3	Características	932
47.4	Obrigações das Partes. Posição do Cedido.....	935
47.5	Extinção do Contrato	936
48	Leasing (Arrendamento Mercantil)	937
48.1	Conceito. Natureza Jurídica.....	937
48.2	Origens	939

48.3	Espécies	940
48.3.1	Tratamento Legislativo no Brasil.....	942
48.3.2	Obrigações das Partes	942
48.4	Ações Judiciais.....	944
48.5	Extinção do Contrato	947
49	Sociedade	949
49.1	Pessoa Jurídica e Sociedade	949
49.2	Contrato de Sociedade. Natureza Jurídica.....	950
49.2.1	Figuras Afins.....	959
49.3	Modalidades.....	959
49.3.1	Sociedade e Associação	965
49.3.2	Sociedade de Fato e Sociedade Irregular.....	966
49.4	Direitos e Deveres dos Sócios.....	968
49.5	Administração	969
49.6	Obrigações da Sociedade e dos Sócios Perante Terceiros.....	972
49.7	Resolução da Sociedade em Relação a um Sócio. Dissolução da Sociedade	972
50	Contratos Agrários: Arrendamento e Parceria	981
50.1	Direito Agrário e Princípios Contratuais.....	981
50.2	Arrendamento Rural. Distinção da Parceria	984
50.3	Parceria.....	986
50.4	Prazos.....	986
50.5	Forma.....	990
50.6	Direito de Preferência.....	990
50.7	Renovação ou Prorrogação do Contrato.....	992
50.8	Benfeitorias e Direito de Retenção	993
50.9	Preço no Arrendamento.....	994
50.10	Preço na Parceria.....	995
50.11	Ação de Despejo.....	995
50.12	Falsa Parceria.....	996
50.13	Extinção dos Contratos	997
51	Contratos de Direitos Autorais	999
51.1	Conceito. Âmbito. Edição.....	999

51.2	Obrigações do Autor.....	1003
51.3	Direitos do Autor	1007
51.4	Obrigações do Editor.....	1009
51.5	Direitos do Editor	1010
51.6	Extinção.....	1010
51.7	Contratos de Encomenda de Obra Intelectual.....	1011
51.8	Transferência de Direitos Autorais	1012
51.9	Representação e Execução Dramática e Musical	1015
Bibliografia.....		1017
Índice Remissivo		1027

4

DIREITO CIVIL

Reais

SÍLVIO DE SALVO **VENOSA**

20^a
edição revista e
atualizada

 | atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 22.01.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Civil: reais / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02426-5

1. Direitos reais – Brasil. 2. Propriedade – Brasil. I. Título. II. Série.

20-62409

CDU: 347.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439



SUMÁRIO

1. Universo dos Direitos Reais	1
1.1 Relação das Pessoas com as Coisas.....	1
1.2 Direitos Reais e Direitos Pessoais	4
1.3 Divagações Doutrinárias acerca da Natureza dos Direitos Reais....	10
1.4 Situações Intermediárias entre Direitos Reais e Direitos Pessoais....	12
1.4.1 Obrigações <i>Propter Rem</i>	13
1.4.2 Ônus Reais.....	15
1.4.3 Obrigações com Eficácia Real	16
2. Efeitos do Direito Real	19
2.1 Denominação: Direito das Coisas. Direitos Reais	19
2.2 Direito Real e Eficácia <i>Erga Omnes</i>	19
2.3 Ações Reais	21
2.4 Classificação dos Direitos Reais	21
2.5 Tipicidade Estrita dos Direitos Reais e Normas de Ordem Pública.....	23
3. Da Posse	25
3.1 Defesa de um Estado de Aparência	25
3.2 Posse e Propriedade. Juízo Possessório e Juízo Petitório	29
3.3 Conceito de Posse: <i>Corpus</i> e <i>Animus</i> . Detenção. Fâmulos da Posse.....	40
3.4 Objeto da Posse. Posse de Direitos	52
4. Classificações da Posse	55
4.1 Posse Direta e Indireta.....	55

4.2	Composse.....	62
4.3	Posse Justa e Injusta. Posse Violenta, Clandestina e Precária	69
4.4	Posse de Boa-fé e de Má-fé. Justo Título.....	75
4.5	Princípio de Continuidade do Caráter da Posse.....	82
4.6	Posse <i>ad Interdicta</i> e Posse <i>ad Usucapionem</i> . Posse Nova e Posse Velha	84
5.	Aquisição, Conservação, Transmissão e Perda da Posse	87
5.1	Aquisição da Posse.....	87
5.1.1	Aprensão da Coisa ou Exercício do Direito. Aquisição Originária e Derivada. Presunção de Posse dos Móveis....	89
5.1.1.1	Modalidades de Tradição	93
5.1.2	Disposição da Coisa ou do Direito	95
5.1.3	Modos de Aquisição da Posse em Geral.....	95
5.1.4	Quem Pode Adquirir a Posse.....	96
5.2	Transmissão da Posse	98
5.3	Conservação e Perda da Posse.....	100
5.3.1	Perda da Posse pelo Abandono	101
5.3.2	Perda da Posse pela Tradição.....	102
5.3.3	Perda ou Destruição da Coisa. Coisas Postas Fora do Comércio.....	103
5.3.4	Posse de Outrem. Perda da Posse do Ausente.....	103
5.3.5	Perda da Posse pelo Constituto-Possessório.....	104
5.3.6	Perda da Posse de Direitos	105
5.4	Perda ou Furto da Coisa Móvel e Título ao Portador	106
5.5	Atos que não Induzem Posse.....	107
5.6	Posse de Móveis Contidos em Imóvel.....	108
6.	Dos Efeitos da Posse (I): Frutos, Produtos e Benfeitorias. Indenização pela Perda ou Deterioração da Coisa. Usucapião	109
6.1	Efeitos da Posse. Sua Classificação. Proteção Possessória	109
6.2	Percepção dos Frutos.....	114
6.3	Indenização por Benfeitorias e Direito de Retenção.....	118
6.4	Indenização dos Prejuízos. Indenização pela Deterioração ou Perda da Coisa	125
6.5	Usucapião.....	128

7. Dos Efeitos da Posse (II): Defesa da Posse. Interditos. Processo. Outras Ações de Defesa da Posse	129
7.1 Fundamentos e Âmbito da Proteção Possessória. Histórico	129
7.2 Legítima Defesa da Posse. Desforço Imediato	132
7.3 Interditos Possessórios. Ações Possessórias no Código de Processo Civil.....	138
7.3.1 Ação de Esbulho ou de Indenização Movida contra Terceiro.....	140
7.3.2 Fungibilidade das Ações Possessórias	141
7.3.3 Aplicação das Ações Possessórias às Coisas Móveis.....	143
7.3.4 Ação Real ou Ação Pessoal.....	145
7.3.5 Cumulação de Pedidos nas Ações Possessórias	146
7.3.6 Natureza Dúplice da Ação Possessória.....	147
7.3.7 Exceção de Domínio	149
7.3.8 Ações de Força Nova e de Força Velha. A Medida Liminar nas Ações Possessórias.....	155
7.3.8.1 Quando mais de uma pessoa se disser possuidora.....	158
7.3.9 Carência de Idoneidade Financeira do Autor Beneficiado pela Liminar	159
7.4 Interdito Proibitório.....	160
7.5 Manutenção de Posse	162
7.6 Reintegração de Posse	163
7.7 Embargos de Terceiro	163
7.8 Nunciação de Obra Nova.....	166
7.9 Ação de Dano Infecto.....	167
7.10 Imissão de Posse.....	168
7.11 Servidões e Proteção Possessória	168
8. Propriedade	171
8.1 Notícia Histórica	171
8.2 Aspectos da Finalidade Social da Propriedade. A Expropriação do Art. 1.228, § 4º.....	173
8.2.1 O Estatuto da Cidade.....	179
8.3 Sobre a Natureza Jurídica da Propriedade.....	181
8.4 Objeto do Direito de Propriedade	182
8.5 Restrições ao Direito de Propriedade.....	187
8.6 Noção de Patrimônio.....	187

9. Aquisição da Propriedade em Geral. Aquisição da Propriedade Imóvel. Usucapião e suas Modalidades	189
9.1 Propriedade Móvel e Imóvel. Princípios Gerais.....	189
9.1.1 Sistemas de Aquisição da Propriedade.....	190
9.1.2 Ação Pessoal para Entrega de Coisa. Aspectos Processuais.....	194
9.1.3 Aquisição Originária e Derivada; a Título Singular e a Título Universal.....	196
9.2 Aquisição da Propriedade Imóvel pela Transcrição. Registro de Imóveis: Princípios Gerais. Registro Torrens	197
9.3 Acesso	203
9.3.1 Acesso por Formação de Ilhas	204
9.3.2 Acesso por Formação de Aluvião.....	205
9.3.3 Acesso por Avulsão	208
9.3.4 Acesso por Álveo Abandonado	209
9.3.5 Construções e Plantações.....	212
9.3.5.1 Construções em imóvel alheio. Disposições do Código de 2002.....	217
9.3.6 Acesso Natural de Animais	219
9.4 Usucapião: Introdução. Notícia Histórica.....	219
9.4.1 Fundamentos da Usucapião.....	221
9.4.2 Requisitos da Usucapião. Usucapião Ordinária e Extraordinária no Código de 1916.....	222
9.4.2.1 Justo título e boa-fé na usucapião ordinária no Código de 1916	228
9.4.3 Usucapião no Código de 2002. Modalidades. Uma Nova Perspectiva	231
9.4.4 Usucapião Especial. Constituição de 1988. Usucapião Familiar.....	235
9.4.4.1 Usucapião coletiva instituída pelo Estatuto da Cidade. Aquisição de propriedade de imóvel reivindicando (art. 1.228, § 4º, do Código)....	240
9.4.5 Processo de Usucapião.....	243
9.4.6 Reconhecimento Extrajudicial de Usucapião	246
9.5 Aquisição pelo Direito Hereditário	246

10. Ação Reivindicatória e Outros Meios de Tutela da Propriedade.....	249
10.1 Juízo Possessório e Juízo Petitório. Tutela da Propriedade.....	249
10.2 Ação Reivindicatória	251
10.3 Ação Declaratória.....	254
10.4 Ação Negatória	255
10.5 Outros Meios de Tutela da Propriedade	256
11. Aquisição da Propriedade Móvel	259
11.1 Introdução.....	259
11.2 Ocupação	260
11.2.1 Caça.....	261
11.2.2 Pesca.....	262
11.2.3 Invenção ou Descoberta.....	263
11.2.4 Tesouro	266
11.3 Especificação.....	269
11.4 Confusão, Comistão e Adjunção	270
11.5 Usucapião da Coisa Móvel.....	273
11.6 Tradição.....	277
12. Perda da Propriedade. Desapropriação	285
12.1 Hipóteses de Perda da Propriedade Móvel e Imóvel	285
12.2 Alienação.....	286
12.3 Renúncia.....	287
12.4 Abandono.....	289
12.5 Perecimento do Objeto.....	290
12.6 Desapropriação. Natureza.....	292
12.6.1 Modalidades de Desapropriação.....	295
12.6.2 Objeto da Desapropriação.....	297
12.6.3 Declaração Expropriatória	297
12.6.4 Processo da Desapropriação	298
12.6.5 Indenização e Pagamento.....	305
12.6.6 Desapropriação Indireta.....	306
12.6.7 Desistência da Desapropriação. Revogação e Anulação do Ato Expropriatório	308
12.6.8 Retrocessão.....	309
12.6.9 Servidão Administrativa, Requisição e Ocupação Provi- sória.....	311

13. Direitos de Vizinhança. Uso Nocivo da Propriedade.....	315
13.1 Uso Nocivo, Mau Uso e Prejuízo Decorrentes de Direito de Vizinhança	315
13.1.1 Dificuldade da Noção de Uso Nocivo da Propriedade....	321
13.1.2 Ações Decorrentes do Uso Nocivo da Propriedade. Dano Infecto	327
13.2 Árvores Limítrofes	332
13.3 Passagem Forçada	334
13.3.1 Passagem de Cabos e Tubulações.....	339
13.4 Águas	341
13.5 Limites entre Prédios. Demarcação	349
13.6 Direito de Construir	355
13.7 Direito de Tapagem.....	365
14. Condomínio em Geral.....	371
14.1 Comunhão de Direitos e Condomínio.....	371
14.2 Antecedentes Históricos e Natureza do Condomínio.....	371
14.3 Modalidades e Fontes do Condomínio.....	373
14.4 Direitos e Deveres dos Condôminos	377
14.5 Administração do Condomínio.....	383
14.6 Venda da Coisa Comum. Venda de Quinhão Comum. Divisão e Extinção do Condomínio	385
14.7 Condomínio em Paredes, Cercas, Muros e Valas	390
14.8 Compáscuo	392
15. Condomínio Edifício. Outras Modalidades de Condomínio.....	393
15.1 Denominação e Natureza Jurídica. Duplicidade de Natureza no Direito de Propriedade: Unidades Autônomas e Áreas Comuns. Personificação.....	393
15.2 Constituição e Objeto. Incorporação Imobiliária.....	396
15.3 Convenção de Condomínio. Regimento Interno	403
15.4 Direitos e Deveres dos Condôminos. Infrações e Penalidades. Restrição ao Direito do Condômino. Possibilidade de Exclusão de Condômino ou Ocupante.....	410
15.4.1 Terraço de Cobertura. Vagas de Garagem e Áreas de Lazer e de Utilização Comum	424
15.5 Despesas de Condomínio. Cobrança. Obras e Reformas	429
15.5.1 Inquilino na Unidade Autônoma. Lei do Inquilinato	435
15.6 Assembleia Geral de Condôminos	437

15.7	Administração do Condomínio. O Síndico.....	440
15.8	Extinção do Condomínio Horizontal	442
15.9	Novas Manifestações Condominiais: Loteamentos Fechados, Shopping Centers, Clubes de Campo, Cemitérios	443
15.9.1	Multipropriedade (<i>time sharing</i>)	445
15.9.2	Particularidades legais da multipropriedade	447
15.10	Do Condomínio de Lotes.....	451
16.	Propriedade Resolúvel.....	453
16.1	Hipóteses Legais.....	453
16.2	Propriedade Sujeita a Condição ou Termo.....	454
16.3	Propriedade Resolúvel por Causa Superveniente	458
17.	Garantia Fiduciária. Propriedade Fiduciária	459
17.1	Alienação Fiduciária em Garantia. Origens. Conceito. A Propriedade Fiduciária no Código Civil de 2002	459
17.2	Garantia Fiduciária dos Bens Móveis. Requisitos e Alcance. Lei nº 10.931/2004. Sujeitos	465
17.2.1	Consequências do Inadimplemento na Alienação Fiduciária de Bens Móveis	472
17.2.2	Obrigações do Credor na Alienação Fiduciária de Bens Móveis.....	472
17.2.3	Garantia Fiduciária de Móveis na Falência.....	473
17.3	Alienação Fiduciária de Coisa Imóvel.....	473
17.3.1	Extinção da Alienação Fiduciária Imobiliária.....	475
17.3.2	Leilão.....	476
17.3.3	Outras Disposições: Cessão de Posição Contratual, Reintegração de Posse, Fiança, Insolvência. Forma.....	477
18.	Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Enfitese e Superfície	479
18.1	Propriedade e Direitos Reais Limitados.....	479
18.2	Enfitese. Conceito. Notícia Histórica	483
18.2.1	Enfitese. Efeitos. Constituição. Objeto	487
18.2.2	Direitos e Deveres do Enfiteuta.....	489
18.2.3	Direitos e Deveres do Senhorio.....	492
18.2.4	Extinção da Enfitese	493
18.2.5	Ações Decorrentes da Enfitese	498
18.2.6	Enfitese da União	498

18.3	Direito de Superfície. Conceito e Compreensão.....	499
18.3.1	Direito de Superfície no Estatuto da Cidade. Cotejo com o Código Civil.....	503
18.3.2	Direitos das Partes. Pagamento. Transmissão do Direito. Preferência.....	505
18.3.3	Extinção.....	507
19.	Servidões.....	509
19.1	Conceito. Notícia Histórica.....	509
19.1.1	Servidões e Limitações Decorrentes de Vizinhança. Servidões Administrativas.....	513
19.1.2	Modalidades de Servidão. Origem Histórica.....	515
19.2	Classificação.....	515
19.3	Características.....	519
19.4	Exercício do Direito de Servidão.....	524
19.5	Origem e Constituição das Servidões.....	528
19.6	Extinção das Servidões.....	532
19.7	Ações Decorrentes das Servidões.....	534
20.	Usufruto. Uso. Habitação.....	537
20.1	Conceito de Usufruto. Notícia Histórica.....	537
20.2	Natureza Jurídica. Características, Finalidades e Objeto. Usufruto Impróprio. Constituição e Transcrição. Acessórios.....	539
20.3	Afinidade e Distinção com Outros Institutos. Usufruto e Fideicomisso. Usufruto Sucessivo.....	545
20.4	Modalidades. Usufrutos Especiais.....	547
20.5	Inalienabilidade.....	550
20.6	Direito de Acrescer entre Usufrutuários.....	554
20.7	Direitos do Usufrutuário.....	557
20.8	Deveres do Usufrutuário.....	559
20.9	Direitos e Obrigações do Nu-proprietário.....	561
20.10	Usufruto de Pessoa Jurídica e sobre Patrimônio.....	562
20.11	Extinção do Usufruto.....	563
20.12	Direito Real de Uso.....	567
20.13	Direito Real de Habitação.....	568
20.14	Ações Decorrentes de Usufruto, Uso e Habitação.....	571

21. Rendas Constituídas sobre Imóveis (leitura adicional).....	573
21.1 Contrato de Constituição de Renda e Direito Real. Notícia Histórica.....	573
21.2 Características do Direito Obrigacional de Constituição de Renda.....	574
21.3 Características como Direito Real.....	575
21.4 Direitos e Obrigações do Credor e do Rendeiro.....	577
21.5 Extinção.....	578
21.6 Ações Decorrentes da Constituição de Renda.....	579
22. Promessa de Compra e Venda com Eficácia Real. Direito do Promitente Comprador.....	581
22.1 Origens. Conceito.....	581
22.2 Natureza Jurídica.....	586
22.3 Adjudicação Compulsória.....	589
22.4 Lineamentos Gerais da Promessa de Compra e Venda.....	594
23. Direitos Reais de Garantia.....	599
23.1 Conceito. Notícia Histórica. Natureza. Bens Móveis e Imóveis. Penhor, Hipoteca e Anticrese.....	599
23.2 Relação entre o Crédito e a Garantia. Eficácia contra Terceiros. Excussão. Especialização. Preferência.....	601
23.3 Garantia Prestada por Terceiros.....	605
23.4 Indivisibilidade. Remição. Direito Real de Garantia no Condomínio.....	607
23.5 Capacidade para Instituir a Garantia e seu Objeto.....	610
23.6 Proibição do Pacto Comissório.....	612
23.7 Princípio da Prioridade.....	614
23.8 Antecipação de Vencimento das Obrigações. Substituição e Reforço da Garantia Real.....	614
23.9 Extinção dos Direitos Reais de Garantia.....	617
24. Penhor.....	619
24.1 Conceito. Características. Modalidades.....	619
24.2 Penhor Convencional. Constituição. Objeto.....	623
24.2.1 Direitos e Obrigações do Credor e Devedor Pignoratício.....	626
24.3 Penhor Legal.....	628

24.4	Modalidades Especiais de Penhor. Penhor Rural (Agrícola e Pecuário). Penhor Industrial. Penhor Mercantil.....	632
24.4.1	Penhor de Veículos.....	640
24.5	Penhor de Direitos e Caução de Títulos de Crédito	641
24.6	Extinção do Penhor	644
24.7	Ações Decorrentes do Penhor	647
25.	Hipoteca	649
25.1	Notícia Histórica	649
25.2	Princípios Gerais	652
25.2.1	Registro da Hipoteca. Dúvida.....	659
25.3	Hipoteca Convencional.....	662
25.4	Hipoteca Legal.....	663
25.5	Hipoteca Judicial	667
25.6	Pluralidade de Hipotecas e Insolvência do Devedor.....	668
25.6.1	Abandono do Imóvel Hipotecado pelo Adquirente	669
25.7	Efeitos da Hipoteca	670
25.8	Remição.....	671
25.8.1	Perempção da Hipoteca.....	675
25.8.2	Prefixação de Valor do Imóvel Hipotecado para Fins de Arrematação, Adjudicação e Remissão	675
25.9	Hipotecas Contraídas no Período Suspeito da Falência	676
25.9.1	Loteamento ou Constituição de Condomínio no Imóvel Hipotecado.....	676
25.10	Extinção da Hipoteca	679
25.11	Cédula Hipotecária Habitacional.....	683
25.12	Execução da Dívida Hipotecária. Execução Extrajudicial da Dívida Hipotecária.....	684
25.13	Hipoteca Naval, Aérea e de Vias Férreas. Minas e Pedreiras.....	686
26.	Anticrese. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	689
26.1	Conceito. Notícia Histórica	689
26.2	Direitos e Deveres do Devedor e do Credor.....	693
26.3	Extinção da Anticrese. Anticrese de bens móveis	695
26.4	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....	696

27. Outros Direitos Reais: Laje. Fundos de Investimento	701
27.1 A Laje.....	701
27.2 Fundo de Investimento.....	704
28. Direitos de Autor.....	709
28.1 Conceito. Conteúdo.....	709
28.2 Objeto do Direito Autoral.....	712
28.3 Conceituação de Autor. Direitos Morais.....	717
28.4 Direitos Patrimoniais do Autor. Cessão de Direitos.....	718
28.5 Direitos Conexos.....	721
28.6 Registro das Obras Intelectuais.....	722
28.7 Direitos Autorais no Campo da Informática.....	722
28.8 Associações de Titulares de Direito de Autor	724
28.9 Alguns Aspectos dos Direitos Autorais. Obra Feita sob Encomenda. Obra Publicitária. Transmissões Radiofônicas e Televisivas. Obras de Artes Plásticas. Obra Fotográfica. Obra Jornalística. Obras Fonográficas e Cinematográficas	725
28.10 Tutela dos Direitos Autorais	730
Bibliografia.....	733
Índice Remissivo	739

5

DIREITO CIVIL

Família e Sucessões

SÍLVIO DE SALVO VENOSA

20^a
edição

revista e
atualizada



atlas

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.02.2020
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1.384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

V575d

Venosa, Sílvio de Salvo

Direito Civil: família e sucessões / Sílvio de Salvo Venosa. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02427-2

1. Direito de família - Brasil. I. Título.

20-62410

CDU: 347.6(81)

Vanessa Mafra Xavier Salgado – Bibliotecária – CRB-7/6644



Respeite o direito autor!

SUMÁRIO



Direito de Família

1	Introdução ao Direito de Família	3
1.1	Compreensão.....	3
1.2	Lineamentos Históricos.....	5
1.3	Família Contemporânea. Novos fenômenos sociais.....	7
1.4	Natureza Jurídica da Família.....	11
1.5	Direito de Família.....	12
1.5.1	Características Peculiares.....	16
1.6	Direito de Família no Brasil. Constituição de 1988.....	18
1.7	Estado de Família.....	22
1.7.1	Ações de Estado.....	23
2	Casamento e União Estável	25
2.1	Introdução. Justificação do Presente Título.....	25
2.2	Lineamentos Históricos.....	27
2.3	Casamento no Direito Brasileiro. Conceito.....	28
2.3.1	Natureza Jurídica do Casamento.....	29
2.3.2	Características do Casamento. Finalidades. Pressupostos.....	30
2.3.3	Casamento Civil e Religioso.....	33
2.3.4	Esponsais: Promessa de Casamento.....	35
2.3.5	Corretagem Matrimonial.....	39
2.4	União de Fato. União Estável. Concubinato.....	40
2.4.1	Natureza Jurídica da União Estável. Conceito e Compreensão. Elementos Constitutivos.....	44
2.4.2	União Estável e Casamento. Aspectos Legais da União Estável....	51
2.5	Mosaico Familiar.....	56
3	Formalidades Preliminares. Habilitação para o Casamento	59
3.1	Lineamentos Históricos.....	59

3.2	Habilitação	60
3.3	Suprimento do Consentimento	68
3.4	Procedimento de Habilitação.....	71
3.4.1	Dispensa de Proclamas.....	73
4	Impedimentos Matrimoniais. Causas de Anulação e Causas Suspensivas ...	75
4.1	Legitimação e Capacidade para o Casamento	75
4.2	Aspectos Gerais dos Impedimentos.....	77
4.3	Impedimentos no Código de 2002.....	78
4.4	Casamento Anulável. Impedimentos Relativos.....	85
4.5	Causas Suspensivas	91
4.6	Oposição de Impedimentos	94
5	Celebração e Prova do Casamento	97
5.1	Ritos Matrimoniais.....	97
5.2	Cerimônia do Casamento	98
5.2.1	Suspensão da Cerimônia.....	102
5.2.2	Casamento perante Autoridade Diplomática.....	102
5.3	Casamento por Procuração.....	103
5.4	Casamento sob Moléstia Grave. Casamento Nuncupativo.....	105
5.5	Casamento Religioso com Efeitos Cíveis	108
5.6	Prova do Casamento. Posse de Estado de Casado	110
6	Casamento Inexistente, Nulo e Anulável	113
6.1	Casamento Inexistente.....	113
6.2	Nulidade e Inexistência do Casamento	117
6.3	Nulidades do Casamento.....	118
6.3.1	Legitimação para Arguir Nulidade	120
6.3.2	Casos de Nulidade.....	120
6.4	Casamento Anulável. Legitimação. Prazos	122
6.4.1	Hipóteses de Anulação. Coação	123
6.4.2	Erro Essencial sobre a Pessoa	125
6.4.3	Erro Quanto à Identidade, Honra e Boa Fama.....	126
6.4.4	Ignorância de Crime	130
6.4.5	Defeito Físico Irremediável ou Moléstia Grave. Doença Mental....	131
6.4.6	Prazos para Ação de Anulação.....	133
6.5	O Dolo Não é Causa de Anulação.....	134
7	Casamento Putativo	137
7.1	Conceito.....	137
7.2	Condições do Casamento Putativo	139
7.2.1	Erro de Direito e Erro de Fato no Casamento Putativo	140

7.3	Efeitos do Casamento Putativo.....	144
7.4	Declaração de Putatividade.....	146
8	Eficácia do Casamento. Direitos e Deveres dos Cônjuges. Introdução ao Direito Conjugal Patrimonial	147
8.1	Introdução	147
8.1.1	Eficácia do Casamento	149
8.1.2	Princípios Gerais do Direito Patrimonial Entre os Cônjuges. Alteração de Regime	151
8.2	Deveres dos Cônjuges.....	162
8.3	Direitos e Deveres do Marido no Código de 1916. Os Direitos Homogêneos no Código de 2002	165
9	Separação e Divórcio.....	173
9.1	Introdução	173
9.2	Separação e Divórcio. Aspectos Legais Comparativos	177
9.2.1	Nome da Mulher. Nome dos Cônjuges	181
9.3	Separação Judicial. Modalidades (Leitura Complementar).....	186
9.3.1	Processo de Separação, Divórcio por Mútuo Consentimento. Possibilidade de Realização por Escritura Pública	190
9.3.1.1	Alimentos. Renúncia aos alimentos na separação	195
9.3.1.2	Guarda e proteção dos filhos na separação e nas várias situações assemelhadas. Guarda compartilhada e suas particularidades	203
9.3.1.3	Partilha. Promessa de doação	209
9.3.2	Separação Litigiosa	212
9.3.2.1	O dano moral no rompimento da sociedade conjugal e no direito de família.....	214
9.3.2.2	Separação por conduta desonrosa ou grave violação dos deveres do casamento (leitura complementar)	216
9.3.2.3	Separação por ruptura da vida em comum (leitura complementar).....	217
9.3.2.4	Separação por grave doença mental (leitura complementar)	218
9.3.2.5	Indeferimento da separação na forma do art. 6º da Lei nº 6.515/77. Cláusula de dureza. Dispositivo ausente no Código Civil de 2002 (leitura complementar).....	219
9.3.2.6	Efeitos patrimoniais na forma do § 3º do art. 1.572 (leitura complementar).....	220
9.3.2.7	Proteção à pessoa dos filhos na separação litigiosa e no divórcio. Guarda dos filhos. Direito de visitas.....	220

9.3.3	Reconciliação. Efeitos	225
9.3.4	Separação de Corpos e Outras Medidas Cautelares	226
9.4	Divórcio	228
9.4.1	Modalidades de Divórcio. Processo.....	228
9.4.2	Conversão da Separação Judicial em Divórcio.....	230
9.4.2.1	Partilha no divórcio.....	233
9.4.3	Divórcio Direto. Consensual e Litigioso	233
9.4.4	Efeitos do Divórcio.....	235
10	Parentesco	237
10.1	Conceito e Compreensão	237
10.2	Modalidades de Parentesco.....	242
10.3	Contagem de Graus.....	243
10.4	Afinidade	246
10.5	Efeitos do Parentesco	247
11	Filiação	249
11.1	Conceito.....	249
11.2	Filiação Legítima. Paridade na Filiação.....	250
11.2.1	Conceito de Filiação Legítima	253
11.2.2	Provas de Paternidade. Os Filhos Provenientes de Inseminação Artificial. A Reprodução Assistida	265
11.2.3	Biogenética e Paternidade	268
11.3	Ação de Filiação Legítima	274
11.3.1	Ação Negatória de Maternidade.....	276
12	Filiação Fora do Casamento	279
12.1	Evolução Legislativa	279
12.2	Reconhecimento de Filiação	281
12.2.1	Reconhecimento Voluntário. Lei nº 8.560/92. Atual Código ...	283
12.2.2	Averiguação Oficiosa de Paternidade.....	288
12.2.3	Oposição ao Reconhecimento	291
12.2.4	Anulação do Reconhecimento	292
12.3	Investigação de Paternidade.....	296
12.3.1	Provas Científicas de Paternidade	302
12.4	Efeitos do Reconhecimento	303
12.5	Investigação de Maternidade	304
13	Adoção	307
13.1	Conceito.....	307
13.2	Lineamentos Históricos.....	309
13.3	Natureza Jurídica	311

13.4	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Evolução Legislativa. A Lei da Adoção	312
13.5	Guarda	315
13.6	Adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei da Adoção. Requisitos	319
13.6.1	Estágio de Convivência	328
13.6.2	Adoção Internacional	328
13.6.3	Sentença e Registro	332
13.6.4	Efeitos da Adoção.....	333
13.6.5	Cadastro de Crianças e Adolescentes para Adoção.....	335
13.7	Adoção: o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Atual Código Civil. Lei da Adoção	336
14	Poder Familiar. Alienação Parental	337
14.1	Introdução. Lineamento Histórico. Compreensão	337
14.2	Titularidade do Poder Familiar. Sujeitos	339
14.3	Conteúdo do Poder Familiar ou da Autoridade Parental	342
14.4	Particularidades.....	344
14.5	Poder Familiar Quanto à Pessoa dos Filhos.....	344
14.6	Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores.....	347
14.7	Suspensão, Perda e Extinção do Poder Familiar	350
14.8	Alienação Parental.....	355
15	Regimes de Bens.....	359
15.1	Introdução	359
15.2	Princípios Gerais. Requisitos do Pacto Antenupcial	364
15.2.1	Separação Obrigatória de Bens	365
15.2.1.1	Comunhão de aquestos na separação legal no sistema de 1916. O atual Código	367
15.2.2	Redução a Termo. Escritura Pública	369
15.3	Comunhão Parcial.....	372
15.3.1	Bens Excluídos da Comunhão Parcial.....	373
15.3.2	Bens que Ingressam na Comunhão	377
15.3.3	Administração dos Bens na Comunhão Parcial	378
15.4	Comunhão Universal de Bens	380
15.4.1	Bens Excluídos da Comunhão Universal.....	382
15.5	Regime de Participação Final nos Aquestos	386
15.6	Separação de Bens	391
15.7	Regime Dotal	392
15.8	Outros Regimes	393
15.9	Doações Antenupciais	393

15.10	Disciplina Patrimonial entre Companheiros ou Conviventes. Contrato de Convivência na União Estável	395
16	Alimentos	399
16.1	Introdução. Conceito. Origens	399
16.2	Pressupostos da Obrigação Alimentar	401
16.3	Modalidades. Características	407
16.4	Sujeitos da Obrigação Alimentícia	417
16.4.1	Alimentos aos Filhos Menores. Alimentos à Mulher Gestante.....	420
16.4.2	Alimentos aos Filhos Maiores, Pais e Irmãos	423
16.4.3	Alimentos Decorrentes do Casamento	425
16.4.4	Alimentos na União Estável.....	430
16.5	Transmissão da Obrigação Alimentar	431
16.6	Conteúdo e Condições da Prestação Alimentícia	433
16.7	Ação de Alimentos. Lei nº 5.478/68	434
16.7.1	Execução de Alimentos. Prisão do Devedor.....	436
17	Bem de Família	439
17.1	Origem Histórica.....	439
17.2	Legislação. Conceituação. Natureza Jurídica	440
17.3	A Lei nº 8.009, de 29-3-90	442
17.4	Objeto e Valor do Bem de Família	446
17.5	Legitimação para a Instituição e Destinação do Bem.....	449
17.6	Requisitos	450
17.7	Inalienabilidade e Impenhorabilidade do Bem de Família. Aplicação na Lei nº 8.009/1990	451
17.8	Duração	455
17.9	Processo de Constituição.....	457
17.10	O Bem de Família no Código Civil de 2002	458
18	União Estável. Uniões Homoafetivas	463
18.1	União Estável e Direito de Família.....	463
18.2	Reconhecimento da União Estável.....	470
18.3	Apontamentos sobre a Polêmica Legislação	470
18.4	Convenções entre os Conviventes.....	471
18.5	Contratos Afetivos.....	472
18.6	Dissolução da União Estável. Patrimônio	475
18.7	União de Pessoas do Mesmo Sexo. Homoafetividade e o Direito.....	479
18.7.1	Introdução.....	479
18.7.2	Escorço Histórico	482
18.7.3	Aspectos.....	484

18.7.4	Direitos	485
18.7.5	Homoafetividade e União	486
18.7.6	Homoafetividade e Adoção.....	488
19	Tutela.....	493
19.1	Introdução. Conceito. Origens	493
19.2	Particularidades da Tutela. Responsabilidade do Tutor	499
19.3	Fontes da Tutela	500
19.3.1	Requisitos da Tutela	504
19.4	Os Tutores. Tutela e Poder Familiar	504
19.4.1	Nomeação de Casal para o Encargo de Tutores	506
19.5	Incapazes de Exercer a Tutela	507
19.5.1	Proibições Legais.....	508
19.6	Escusa dos Tutores	508
19.7	Garantia da Tutela	510
19.8	Exercício da Tutela	512
19.9	Bens dos Órfãos.....	514
19.10	Prestação de Contas	515
19.11	Cessação da Tutela.....	517
19.12	Processo de Interdição	518
20	Curatela.....	519
20.1	Introdução. Conceito	519
20.2	Princípios da Curatela. Quem Pode ser Curador.....	524
20.2.1	Administração Provisória	526
20.3	Pessoas com Deficiência.....	527
20.4	Aqueles que por Causa Transitória ou Permanente Não Puderem Exprimir sua Vontade.....	528
20.5	Ébrios Habituais e Viciados em Tóxicos.....	528
20.6	Pródigos.....	529
20.7	Nascituros.....	531
20.8	Tomada de Decisão Apoiada. Mentores ou Preceptores	531
20.9	Legitimidade para Requerer a Interdição.....	534
20.10	Processo de Interdição	536
20.11	Sentença de Interdição.....	538
20.12	Levantamento de Interdição. Internamento	539
21	Ausência.....	541
21.1	Introdução	541
21.2	Curadoria do Ausente.....	543
21.3	Sucessão Provisória	545

21.4	Sucessão Definitiva	548
21.5	Consequências para o Direito de Família	549

Parte II

Direito das Sucessões

22	Noções Introdutórias	553
22.1	Sucessão. Compreensão do Vocábulo. O Direito das Sucessões	553
22.2	Direito das Sucessões no Direito Romano	554
22.3	Ideia Central do Direito das Sucessões	556
22.4	Noção de Herança	558
22.5	Sucessão Legítima e Testamentária. Lei Aplicável. Legado Não se Confunde com Herança	562
23	Abertura da Sucessão. Transmissão da Herança. Aceitação e Renúncia da Herança. Cessão da Herança	565
23.1	Fato que Determina a Sucessão	565
23.2	Momento da Abertura da Sucessão. A Comoriência	565
23.3	Transmissão e Aceitação da Herança. Lei que Regula a Sucessão e a Legitimação para Suceder	567
23.4	Aceitação da Herança. Conteúdo. Formas. Renúncia	573
23.4.1	Direito de Deliberar	587
23.4.2	Aceitação da Herança sob Benefício de Inventário	587
23.5	Cessão de Direitos Hereditários (Venda ou Alienação da Herança ou de Bens da Herança)	589
24	Inventário: Noção. Posse dos Herdeiros e Posse do Inventariante. Indivisibilidade da Herança. Capacidade para Suceder. Pactos Sucessórios	595
24.1	Inventário e Indivisibilidade da Herança	595
24.1.1	Foro Competente	600
24.1.2	Inventariança	602
24.1.3	Nomeação e Remoção do Inventariante	605
24.1.3.1	Leitura complementar	608
24.2	Indivisibilidade da Herança	610
24.3	Capacidade para Suceder	611
24.4	Pactos Sucessórios	614
25	Capacidade para Suceder. Indignidade. Aparência e Herdeiro Aparente.....	617
25.1	Capacidade para Suceder	617
25.2	Indignidade para Suceder	622
25.3	Características da Indignidade	623

25.4	Efeitos da Indignidade.....	625
25.5	Reabilitação do Indigno.....	627
25.6	Casos de Indignidade.....	629
25.7	Aparência e Herdeiro Aparente. O Art. 1.817 do Código Civil. Posição do Herdeiro Aparente no Código de 2002.....	633
26	Herança Jacente. Herança Vacante. Sucessão do Estado. Sucessão do Ausente...	639
26.1	Herança sem Herdeiros. Jacência.....	639
26.2	Casos de Herança Jacente.....	641
26.3	Arrecadação dos Bens da Herança Jacente.....	644
26.4	Herança Vacante.....	646
26.5	Sucessão do Estado.....	649
26.6	Sucessão do Ausente. Sucessão Provisória e Definitiva.....	650
27	Inventários e Arrolamentos. Processo. Petição de Herança.....	653
27.1	Inventário e Partilha. Judicialidade e Extrajudicialidade do Inventário. Lei nº 11.441/07. Questões de Alta Indagação.....	653
27.1.1	Inventário e Partilha Extrajudicial. Aspectos do Inventário Judicial.....	654
27.2	Dispensa do Processo de Inventário. Alvarás.....	658
27.3	Inventário Negativo.....	661
27.4	Legitimidade para Requerer o Inventário. Prazos.....	662
27.5	Foro do Inventário.....	664
27.6	Questões Relativas à Inventariança.....	665
27.7	Primeiras Declarações.....	667
27.8	Citações no Inventário.....	668
27.9	Fase das Impugnações no Inventário.....	669
27.10	Fase de Avaliação e Cálculo do Imposto. Últimas Declarações.....	671
27.11	Imposto <i>Causa Mortis</i>	674
27.12	Arrolamentos.....	676
27.13	Petição de Herança.....	678
28	Vocação Hereditária. Sucessão Legítima e Testamentária. Ordem de Vocação Hereditária.....	683
28.1	Sucessão Legítima e Testamentária.....	683
28.2	Origens Históricas.....	684
28.3	Sucessão em Linha Retra: Sucessão dos Descendentes.....	686
28.4	Igualdade de Direito Sucessório dos Descendentes na Atualidade. O Art. 227, § 6º, da Constituição Federal de 1988.....	688
28.5	Direito de Representação. Representação na Classe dos Descendentes..	691
28.5.1	Fundamento do Instituto da Representação.....	695
28.5.2	Requisitos da Representação.....	695

28.5.3	Efeitos da Representação.....	696
28.6	Sucessão dos Ascendentes.....	697
28.7	Sucessão do Cônjuge Sobrevivente	698
28.7.1	Meação do Cônjuge	699
28.7.2	Sucessão do Cônjuge. Evolução na Posição Sucessória da Mulher...	699
28.7.2.1	A sucessão do cônjuge no Código de 2002	702
28.7.2.2	Legitimidade do cônjuge para suceder	708
28.8	União Estável. Direito Sucessório dos Companheiros	708
28.8.1	Direitos Sucessórios dos Companheiros no Código de 2002...	716
28.9	Sucessão dos Colaterais	717
28.10	Sucessão do Estado.....	719
28.11	Sucessão do Cônjuge. Direito Real de Habitação.....	719
28.11.1	Antecedentes. Princípios.....	719
28.11.2	Direito de Habitação e União Estável.....	721
28.11.3	Aspectos do Direito Real de Habitação Sucessório. Soluções..	722
29	Herdeiros Necessários. Porção Legítima. Inalienabilidade e Outras Cláusulas Restritivas.....	725
29.1	Restrição à Liberdade de Testar. Histórico. Fundamento	725
29.1.1	Cálculo das Doações no Cômputo das Legítimas.....	729
29.2	Restrições que Pode Sofrer a Legítima. A Cláusula de Inalienabilidade...	730
29.2.1	Conceito da Cláusula de Inalienabilidade	733
29.2.2	Espécies de Inalienabilidade	734
29.2.3	Efeitos da Inalienabilidade. Exceções	735
29.3	Cláusula de Incomunicabilidade.....	738
29.4	Cláusula de Impenhorabilidade.....	739
29.5	Cláusula de Conversão de Bens da Legítima.....	740
29.6	Cláusula de Administração de Bens à Mulher Herdeira no Código de 1916...	741
29.7	Sub-rogação de Vínculos.....	742
29.8	Cláusulas Restritivas no Código Civil de 2002.....	744
30	Testamento	747
30.1	Introdução.....	747
30.2	Aspectos Históricos.....	748
30.3	Definição, Conceito e seus Elementos Constitutivos	750
30.3.1	O Testamento é Negócio Jurídico	752
30.3.2	O Testamento é Ato Unilateral.....	752
30.3.3	O Testamento é Ato de Última Vontade ou <i>Causa Mortis</i>	753
30.3.4	O Testamento é Negócio Jurídico Revogável.....	753
30.3.5	O Testamento é Ato Solene.....	754
30.3.6	O Testamento é Ato Personalíssimo	755

30.4	Disposições Não Patrimoniais do Testamento	757
30.5	Gratuidade do Testamento	760
31	Capacidade de Testar e Capacidade de Adquirir por Testamento	761
31.1	Capacidade de Testar (Capacidade Testamentária Ativa).....	761
31.1.1	Incapacidade em Razão da Idade	763
31.1.2	Incapacidade por Falta de Discernimento ou Enfermidade Mental	764
31.1.3	Diferença entre Incapacidade de Testar e Vícios de Vontade... ..	769
31.1.4	Surdos-mudos.....	771
31.2	Sobre outras Incapacidades.....	771
31.3	Capacidade de Adquirir por Testamento (Capacidade Testamentária Passiva)	774
31.3.1	Situação do Nascituro.....	775
31.3.2	Atribuição Testamentária à Prole Eventual	776
31.4	Incapacidade Relativa ou Falta de Legitimação para Adquirir por Testamento	779
31.5	Simulação de Contrato Oneroso e Interposição de Pessoas.....	781
32	Formas de Testamento. Testemunhas. Codicilos	783
32.1	Introdução.....	783
32.2	Perda, Extravio ou Destruição do Testamento	786
32.3	Testamento Público	787
32.3.1	Registro e Cumprimento do Testamento Público (Disposições Processuais).....	794
32.4	Testamento Cerrado (Secreto ou Místico).....	795
32.4.1	Atividade Notarial no Testamento Cerrado	798
32.4.2	Testador e sua Posição no Testamento Cerrado.....	801
32.4.3	Abertura, Registro e Cumprimento do Testamento Cerrado (Disposições Processuais)	804
32.5	Testamento Particular	806
32.5.1	Testamento Particular Excepcional	811
32.5.2	Publicação e Confirmação do Testamento Particular (Disposições Processuais)	813
32.6	Testamentos Especiais.....	814
32.7	Testemunhas Testamentárias no Código de 1916.....	816
32.7.1	Testemunhas no Testamento no Código de 2002	818
32.8	Codicilos.....	820
33	Disposições Testamentárias: Conteúdo, Interpretação e Análise.....	825
33.1	Conteúdo do Testamento	825
33.2	Interpretação da Vontade Testamentária	826

33.3	Disposições Simples, Condicionais, com Encargo, por Certa Causa e a Termo	831
33.4	Identificação dos Beneficiários. Disposições Nulas. Pluralidade de Sucessores. Disposições Testamentárias Anuláveis	834
34	Legados. Modalidades	839
34.1	Interação do Conceito	839
34.2	Legado de Coisa Alheia	843
34.3	Legado de Usufruto e Direitos Reais Limitados	846
34.4	Legado de Imóvel	846
34.5	Legado de Alimentos	847
34.6	Legado de Crédito	849
35	Efeitos dos Legados e seu Pagamento	853
35.1	Forma de Aquisição dos Legados	853
35.2	Quem Efetua o Pagamento dos Legados	856
35.3	Efeitos	857
36	Caducidade dos Legados	861
36.1	Introdução	861
36.2	Modificação da Coisa Legada	862
36.3	Alienação da Coisa Legada	863
36.4	Precimento ou Evicção da Coisa Legada	865
36.5	Caducidade por Indignidade	867
36.6	Caducidade pela Pré-morte do Legatário	867
37	Direito de Acrescer entre Herdeiros e Legatários	869
37.1	Introdução. Conceito	869
37.2	Direito de Acrescer entre Coerdeiros	872
37.3	Direito de Acrescer entre Legatários	876
37.4	Direito de Acrescer no Usufruto	877
38	Substituições. Fideicomisso	879
38.1	Substituições. Conceito. Origem. Vontade do Testador e Limites Legais	879
38.2	Substituição Vulgar e Recíproca	883
38.3	Fideicomisso	884
38.3.1	Histórico do Fideicomisso	886
38.3.2	Modalidades de Fideicomisso. Objeto. Duração. Fideicomisso Residual	887
38.3.3	Fideicomitente, Fiduciário e Fideicomissário. Direitos e Deveres. Caducidade e Extinção do Fideicomisso	890
38.3.4	Fideicomisso e Usufruto	895
38.3.5	Utilidade do Fideicomisso	896

39 Deserdação	897
39.1 Exclusão dos Herdeiros Necessários.....	897
39.2 Origens Históricas.....	903
39.3 Requisitos da Deserdação.....	904
39.4 Prova da Causa da Deserdação.....	905
39.5 Casos de Deserdação.....	909
39.6 Efeitos da Deserdação.....	912
39.6.1 Os Efeitos Não Passam da Pessoa do Deserdado.....	912
39.6.2 Diferenças na Situação Jurídica do Indigno e na Situação Jurídica do Deserdado.....	914
39.6.3 Destino dos Bens que Caberiam ao Deserdado.....	915
40 Redução das Disposições Testamentárias	917
40.1 Conceito.....	917
40.2 Procedimento para a Redução.....	919
40.3 Cálculo da Parte Inoficiosa.....	924
40.3.1 Doações e Parte Inoficiosa.....	926
40.4 Regras para a Redução.....	928
41 Nulidades do Testamento. Revogação e Caducidade	931
41.1 Nulidades em Matéria de Testamento.....	931
41.2 Revogação do Testamento.....	937
41.2.1 Revogação pela Abertura ou Dilaceração do Testamento Cerrado.....	943
41.2.2 Revogação Presumida (Ruptura do Testamento).....	943
41.3 Caducidade dos Testamentos.....	945
42 Testamenteiro	947
42.1 Conceito. Origens.....	947
42.2 Natureza Jurídica.....	948
42.3 Da Necessidade da Testamentaria.....	949
42.4 Escolha e Nomeação do Testamenteiro.....	950
42.5 Posse dos Bens da Herança.....	951
42.6 Obrigações do Testamenteiro.....	953
42.7 Testamenteiros Simultâneos.....	957
42.8 Remuneração do Testamenteiro (a Vintena).....	958
42.9 Extinção da Testamentaria.....	961
43 Sonogados	963
43.1 Conceito.....	963
43.2 Requisitos da Sonegação.....	968
43.3 Quem Pode Praticar a Sonegação.....	971

43.4	Momento em que Ocorre a Sonegação.....	972
43.5	Quem Pode Mover Ação de Sonegados	974
43.6	Ação de Sonegados.....	975
43.7	Efeitos da Sonegação. Penas.....	976
44	Colações.....	979
44.1	Conceito. Fundamento	979
44.2	Colação e Redução das Liberalidades.....	984
44.3	Quem Deve Colacionar	986
44.4	Momento da Colação. Procedimento	989
44.5	Valor da Colação.....	990
44.6	Objeto da Colação. Bens que Não são Colacionados	991
45	Partilha. Garantia dos Quinhões. Invalidez da Partilha.....	995
45.1	Partilha. Conceito. Início do Procedimento	995
45.2	Espécies de Partilha.....	998
45.3	Regras a Serem Observadas para uma Partilha Melhor.....	1002
45.4	Frutos dos Bens Hereditários.....	1003
45.5	Partilha Feita em Vida	1004
45.6	Sobrepartilha.....	1006
45.7	Garantia dos Quinhões Hereditários. Responsabilidade pela Evicção ...	1008
45.8	Invalidez da Partilha: Nulidade e Anulação. Rescisão da Sentença de Partilha.....	1010
46	Encargos de Herança. Pagamento das Dívidas.....	1015
46.1	Espólio. Encargos da Massa Hereditária	1015
46.2	Procedimento para o Pagamento das Dívidas do Espólio	1017
46.3	Dívidas da Massa Hereditária: Dívidas Póstumas. Dívidas com Privilégio Geral.....	1021
46.4	Responsabilidade dos Herdeiros	1023
46.5	Pedido de Separação de Patrimônios Feito por Legatários e Credores...	1024
	<i>Bibliografia.....</i>	<i>1027</i>
	<i>Índice Remissivo</i>	<i>1035</i>